

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 033

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE ABRIL DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldir Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 028ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
27 DE ABRIL DE 1999**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Emenda:

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 043/99

O Artigo 2º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º - Também ficam isentos da contribuição de que trata o Artigo 1º, os servidores públicos militares do Estado inativados por invalidez permanente e aqueles inválidos após a inatividade, bem como os dependentes de servidores e militares que recebam pensão previdenciária em decorrência de invalidez permanente.

Sala das Sessões, em 27.04.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento:

Ademir Bier, Waldyr Pugliesi, Hermes Fonseca, Edson Strapasson.

JUSTIFICATIVA:

Pretendemos com a apresentação desta Emenda, incluir dos benefícios do texto do Artigo 2º aqueles servidores e militares que adquiriram a invalidez após a inatividade.

Portanto, nada mais justo que o benefício seja estendido aos inválidos depois de aposentados.

Assim sendo, esperamos que esta Emenda seja acolhida e aprovada por esta Casa.

Ofício:

Ofício nº 037/99/GL-PSDB

Curitiba, em 27.04.99.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, vem por intermédio do presente, solicitar, da Mesa Executiva desta Casa de Leis, que interceda junto a Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para que envie relatório de análises, contendo o Balanço do Poder Executivo, referente ao exercício de 1997.

Sendo o que se apresenta para o presente momento, aproveito a oportunidade para renovar votos de elevada estima e consideração.

Cordialmente.

Sala das Sessões, em 27.04.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 675

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Resolução nº 005/99.

Sala das Sessões, em 27.04.99.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 670

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o desentranhamento do Projeto de Lei nº 394/95, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Geral de Moradores em Terrenos Irregulares de Ponta Grossa - AGEMTI.

Sala das Sessões, em 27.04.99.

(a) PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO Nº 666

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos anais desta egrégia Casa de Leis, voto de profundo pesar à família Dissenha, pelo falecimento do Senhor José Fernando Dissenha, ocorrido no último dia 21.

Sala das Sessões, em 27.04.99.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

O Senhor José Fernando Dissenha, que tinha 41 anos, faleceu no último dia 21, em trágico acidente aéreo que abalou a região de União da Vitória. Diretor Comercial da Indústria Dissenha S/A, há mais de 15 anos, José Fernando era também Presidente do Sindicato Patronal de Madeiras, tendo assumido o mandato em novembro de 1997.

Tido como um dos principais líderes empresariais no setor da madeira, José Fernando estava sempre envolvido em várias atividades, principalmente em entidades representativas de classes. Teve uma atuação relevante na área social, sempre colaborando com as pessoas carentes, especialmente com as creches, às quais costumava fornecer madeira para auxílio de manutenção e, ainda, foi um grande lutador no sentido de incentivar a instalação da Empresa Da Granja em União da Vitória.

Cidadão benquisto na comunidade, José Fernando deixa o exemplo de marido à Sra. Vera Inês Novacki Dissenha; de pai às filhas Maria Fernanda, Marcela e Marina; e de amigo a todos aqueles que tiveram o privilégio de conviver com sua pessoa.

REQUERIMENTO Nº 667

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta egrégia Casa de Leis, voto de profundo pesar à família Dissenha, pelo falecimento do Senhor José Fernando Dissenha, ocorrido no último dia 21.

Sala das Sessões, em 27.04.99.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

O Senhor José Fernando Dissenha, que tinha 41 anos, faleceu no último dia 21, em trágico acidente aéreo que abalou a região de União da Vitória. Diretor Comercial da Indústria Dissenha S/A, há mais de 15 anos, José Fernando era também Presidente do Sindicato Patronal de Madeiras, tendo assumido o mandato em novembro de 1997.

Tido como um dos principais líderes empresariais no setor da madeira, José Fernando estava sempre envolvido em várias atividades, principalmente em entidades representativas de classes. Teve uma atuação relevante na área social, sempre colaborando com as pessoas carentes, especialmente com as creches, às quais costumava fornecer madeira para auxílio de manutenção e, ainda, foi um grande lutador no sentido de incentivar a instalação da Empresa Da Granja em União da Vitória.

Cidadão benquisto na comunidade, José Fernando deixa o exemplo de marido à Sra. Vera Inês Novacki Dissenha; de pai às filhas Maria Fernanda, Marcela e Marina; e de amigo a todos aqueles que tiveram o privilégio de conviver com sua pessoa.

REQUERIMENTO Nº 658

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, votos de congratulações e aplausos ao Município de Altamira do Paraná, pelo transcurso, no dia de hoje, 27 de abril de 1999, de seus 17 (dezessete) anos de emancipação política.

Sala das Sessões, em 27.04.99.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Altamira do Paraná, 17 anos de progresso, tem no seu povo um grande aliado. É um dos mais pujantes municípios do Centro-Oeste do Paraná. Tem no seu prefeito Luiz Vecchi um grande líder, uma população trabalhadora, destacando-se na pecuária e agricultura.

Altamira do Paraná, um município estruturado, que merece os votos de congratulações e aplausos desta Casa de Leis, pelos seus 17 anos de emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 659

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, votos de congratulações pela posse dos novos membros do Conselho do Comércio e Serviços da Associação Comercial e Industrial de Maringá-ACIM.

Requer, outrossim, seja oficiado ao Presidente da ACIM, Sr. Jefferson Nogaroli, sobre o feito do pre-

sente, extensivo aos 73 membros do Conselho, a saber: Ademar Anselmo, de Herval Cabeleireiros; Álvaro Bento de Freitas, de Pujante Auto Peças; Antonio Castanharo, de Loop Bike; Antonio Endrissi Sobrinho, de Zessin e Endrissi; Antonio Fernandes Araújo, da Sempre Bike; Antonio Roberto da Silva, do Supermercado Alecris; Arlei Luiz Camilo, do Supermercado Camilo; Cícero Bianchini, de Bianchi Pisos; Cláudio Adilson Rossi, de Elba Tecidos e Confeções; Cláudio Tadeu Batistela, da Casa dos Esportes; Cleide Tono Freitas Noronha, de Kiwi Tecidos; Delcio Oliveira Siste, da Cerealista Feijão de Ouro; Dercilio Constantino, de Lojas Alvorada; Dirceu Luiz Gambini, de Atlas Turismo; Douglas Ortiz, do Cemitério Parque; Durvalino Magro, do Supermercado Bem Bom; Edir Vaz Teixeira, do Magazine Luiza; Edson Sanches, do Paraná Decorações; Eduardo Daibert Araújo, de Cowboy Forever; Eduardo R. Celidônio, do Cemitério Parque; Eraldo Formágio, do Posto Marita; Euclides Sordi, do Posto Catedral; Fabiana Leiko Mikyni de Freitas, de Pujante Auto Peças; Fabiana Maiolino, de Nova Vida Confeções; Fábio Guerra Pereira, de Mirex Confeções; Fause Salem, de Via Brasil; Flávio Henrique Garcia Cazotti, de Wal Luz Modas; Flávio Tavares, de Flavine Confeções; Flávio Vinicio Costa Reder, de Super Rede; Francisco Benício de Sá, de Araras Shopping Car; Gilberto Capeletto, de Class Calçados; Gilmar Otaviano Leal Santos, do McDonald's; Guilherme Farias Fávero, da Adega Brasil; Heitor Bolela Júnior, de Samaza Calçados; Helenton Cândido Fernandes, de Armarinhos Alvorada; Humberto Luiz Veronizi Gonçalves, da Casa do Soldador; Ilanc Harfuch, da Farmácia Itaipu; Ilson Batista Gomes, da Eletroluz; Ivanilde Costa e Silva, da Pipiui; Jamile Ali Awada, de Confeções Paraná; João Batista, da Coplamar; João Carlos Dias, do Posto Safrão; João Esteves Parra, da Farmácia Cerro Azul; José Amauri Crozariolli, da Maringá Materiais Elétricos; José Paulo Urganí, do Posto Morangueira; Júlio Kusakawa, de Quatro Oito Calçados; Lúcia Luiza Filgueiras Baido, da Pipiui; Luiz Carlos Aristo, do Posto Rocha Pombo; Luzinete Aparecida Pacente Vieira, do Depósito Coli; Marcelo Filippin, de San Marino Pneus; Marcos Rocha Magalhães Barros, de MR Byte; Maria Sônia Coelho, da Pequerrucha; Mário Roberto Andregretti, do Restaurante Comida do Engenho; Maurílio Antonio Minetto, da Marromil; Mauro Antonio Carvalho, de Tangran Consultoria; Misael Mandarino, de Mega Bike; Moacir Rodrigues Montalvão, de Tetê Byke; Nicanor João Matheus, da Papelaria Agapel; Nivaldo Reginatto, de Reginato Tintas; Novan Noronha Dias, de Novatual Corretora; Orides Baita, de Debaíta Depósito de Materiais de Construção; Orlando Reder, de Super Rede; Osvaldo Pereira Moço, da Gráfica Farroupilha; Otávio César Bergonsi, da For Country; Paulo Roberto Silva Bassi, do Depósito

Demapol; Renato Tavares, de Pedro Taques Materiais de Construção; Shiniti Ueta, de Ueta Cine Foto Som; Sílvio Saiti Iwata, da Imobiliária Iwata; Valdeci Gonçalves da Silva, da Casa dos Uniformes; Valdemar Laquanete, do Posto Duzentão; Valdete Borges Portela, da Mapi Calçados; Valmir Sevidanis, da Madeireira Nicolau; e Vanderlei Aparecido C. Fernandes, da Linda Li.

Sala das Sessões, em 27.04.99.

(a) RICARDO MAIA

REQUERIMENTO Nº 668

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de congratulações ao Programa do Ratinho, do SBT, pela excelente reportagem divulgada sobre a seca do Nordeste.

Requer ainda, que se dê ciência deste requerimento, ao Sr. Carlos Ratinho Massa, apresentador do referido programa.

Sala das Sessões, em 27.04.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

É fato público e notório, que o governo brasileiro gasta somas incalculáveis com o Nordeste, a título de combater a seca. Entretanto, não se tem observado, realmente, nada de concreto.

É notório também, que gerações de brasileiros cresceram ouvindo assertivas de serem necessários recursos privilegiados e recursos a fundo perdido para ajudar nossos irmãos nordestinos. E é notório igualmente que os recursos destinados escorregam pelos ralos da corrupção e da politicagem que visa, da forma mais vil, a miséria como instrumento de barganha.

Mostrar as mazelas de um país que ainda se mostra primeiro mundista, quando possui quadros de miséria que ferem os mais elementares princípios humanitários é, antes de tudo, um dever da imprensa livre.

REQUERIMENTO Nº 678

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Sr. Edson Primon, Vereador do Município de Matelândia/PR, por sua reeleição como Presidente da União dos Vereadores do Paraná, UVEPAR.

Sala das Sessões, em 27.04.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Vereador Edson Primon (PMDB) do Município de Matelândia, foi reeleito semana passada, por aclamação, presidente da União dos Vereadores do Paraná (UVEPAR). Edson Primon concorreria inicialmente com os Vereadores Décio Pacheco (PDT) de União da Vitória e Antônio de Pádua "Lula" Tadeu de Oliveira (PTB) de Arapongas, mas antes mesmo da eleição, chegaram a um consenso entre os candidatos, para comporem uma chapa única.

A UVEPAR deverá intensificar os cursos de formação política para os vereadores e também organizar as microrregiões no Estado, já que atualmente são apenas 11 microrregiões organizadas e a intenção em 1999 é chegar a pelo menos 18. Mais uma prioridade será o incentivo às câmaras municipais a pagarem a semestralidade, qual atualmente apenas 10% das 399 Câmaras Municipais efetuam em dia.

Ao Vereador Edson Primon, os parabéns pela sua reeleição, esta é a resposta ao trabalho bem realizado. Receba o Presidente reeleito, bem como a Diretoria e Conselho de Contas, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 679

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de aplauso e congratulações ao Time de Punhobol da Sociedade Urca, desta Capital, pelo título de bicampeão da Copa Sogipa Internacional Infanto/99.

Sala das Sessões, em 27.04.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O esporte Punhobol foi introduzido na Sociedade Urca no ano de 1982, através de seu Diretor Gerson G. Gusso. Até hoje, passaram pelo Clube, mais de 400 atletas (feminino e masculino).

A partir de 1995, a Sociedade Urca começou a conquistar títulos através de sua equipe feminina de Punhobol, resultado de um árduo trabalho conjunto entre seu Diretor Gerson Gusso e Eduardo Polak, que colocaram em prática um projeto ambicioso, mas que trouxe resultados.

Até hoje, a Urca tem se mantido entre as 3 primeiras colocações, sendo reconhecida nacional e internacionalmente, tendo inclusive jogado com equipes da Áustria, Uruguai, Alemanha, Argentina e Chile.

O resultado deste projeto, durante estes 4 anos, fez com que a equipe não perdesse o seu rendimento, pois a partir do momento em que a equipe

perde a atleta por estourar seu limite de idade (18 anos) ela é substituída por outra com o mesmo rendimento.

Os títulos alcançados pela equipe foram: Campeão Sulamericano Infanto/97, vice-Campeão Sulameri- cano/98, Campeão Brasileiro Infanto/97, tricampeão Paranaense Infanto 96/97/98, campeão da Copa Sogipa Internacional Infanto/98 e agora bicampeão da Copa Sogipa Internacional Infanto/99.

Participaram desta importante conquista as atletas: Andréa de Souza, Claudia Custódio, Stephania Pontes, Fernanda Bonatto, Mariana S. da Costa, Aline S. Macedo, Helen S. F. Guimarães, Daniele Gross, Elga W. Volpato, Bruna Maria Borges, Bruna Bardini, Carmela Bardini, Zíbia Cristina Mazzei.

A toda esta equipe, ao Diretor Técnico Gerson G. Gusso e ao Técnico Eduardo F. Polak, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 680

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à União dos Escoteiros do Brasil, Região do Paraná, pela comemoração do Dia Mundial do Escoteiro.

Sala das Sessões, em 27.04.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

No dia 23 de abril, comemorou-se o Dia Mundial do Escoteiro. Congratulamo-nos com a União dos Escoteiros do Brasil, Regional do Paraná, que tem motivos de sobra para comemorar esta data, pois seus componentes vêm realizando um importante trabalho em nosso Estado.

O movimento dos Escoteiros foi fundado na Inglaterra pelo General Baden Powel e possui sede em Genebra. A Organização Mundial do Movimento conta com mais de 25 milhões de escoteiros e líderes em mais de 160 países. No Brasil são hoje mais de 1,2 mil grupos com 70 mil escoteiros e filiados à União dos Escoteiros do Brasil com sede em Brasília.

Os escoteiros, como sabemos estão Sempre Alerta para os problemas sociais e suas possibilidades de ajudar através de movimentação de campanhas junto à comunidade. Exemplo disso, são as doações de agasalhos junto à comunidade. Exemplo disso, são as doações de agasalhos (arrecadadas 17 mil peças de roupas no ano passado), doações de sangue (cerca de 200 doações registradas pelo Hemobanco), além de uma infinidade de outras que beneficiaram e continuam beneficiando nossa população.

É grande o número de jovens que trabalham em prol do bem comum, em busca do objetivo único de promover a integração das pessoas e despertar o espírito de solidariedade.

À União dos Escoteiros do Brasil, Região do Paraná, através de seu Presidente, vereador Paulo Salamuni, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 683

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que firma o presente documento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após anuência do Plenário, que sejam encaminhadas as congratulações deste Poder a Paróquia Evangélica Congregacional de Marechal Cândido Rondon, pela passagem de seus 40 anos de existência, festejada no último dia 18 de abril.

Do aprovado, requer ainda, seja dado ciência ao Senhor Pastor Celso Reinheimer, da supra referida Igreja, como também ao presidente da referida comunidade, Senhor Ari Haag, a Rua D. Pedro, 1616 - 85960-000, Marechal Cândido Rondon - Paraná.

Sala das Sessões, em 27.04.99.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A formação histórica da Igreja Evangélica Congregacional do Brasil, paróquia de Marechal Cândido Rondon, é fruto da semente trazida por colonizadores do Oeste do Paraná, oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

O primeiro registro de trabalho evangélico congregacional na comunidade, procede de abril de 1959. À época, o Pastor Gottfried Rode, recentemente instalado na região, fundou com as famílias Schulz, Neuhaus, Haag, Boes, Tischer, Neitzke e Scheffer, o núcleo inicial da futura paróquia da Igreja Evangélica Congregacional de Marechal Cândido Rondon. Nos anos seguintes, a agremiação cresceu expressivamente com a agregação acentuada de novos professantes chegados, e depois com a filiação sucessiva de suas descendências.

Fora o pioneirismo do Pastor Gottfried Rode, a citada comunidade religiosa, contou, durante as quatro décadas de existência, com a dedicação exemplar e abnegada dos Pastores Gustavo Altmann (1962-1973), Jan Serfas (1974-1984), Roberto Jung (1982-1983), Bruno Giese (1983-1993), Cláudio Schefer (1993) e Celso Rheinheimer, a partir de agosto de 1993.

Nestes quarenta anos, a mesma Igreja propiciou a criação de várias paróquias novas nas cidades adjacentes, e ajudou para expansão do trabalho evangélico congregacional no Paraguai, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

REQUERIMENTO Nº 686

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja consignado em Ata da sessão de hoje, votos de congratulações ao Diretor do Jornal Gazeta do Povo - Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, para o Editor de Política Zanei Barcellos e os repórteres Ivan Santos, Rafael Martins, Patrícia Gil - Curitiba e Jaime Kasten - Londrina, pelas publicações das matérias nos dias 25 e 26 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 27.04.99.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

O Jornal Gazeta do Povo, cumpre mais uma vez seu papel de veículo de comunicação sério e comprometido com os assuntos de interesse comum.

Nos dias 25 e 26 do corrente mês, publicou matérias que abrem discussão sobre um tema que vem causando desconforto em grande parcela da comunidade. Em suas edições nas citadas datas, a Gazeta do Povo deu destaque à reportagem sobre o que vem causando as multas de trânsito.

De forma brilhante e corajosa aquele jornal paranaense dá mostras de como praticar o jornalismo sério e verdadeiro. Através desses espaços que a mídia abre à comunidade e que se resolvem problemas e se afastam as arbitrariedades, se pratica a liberdade e se elimina a injustiça.

Assim, se faz necessário cumprimentar e registrar a iniciativa do Diretor do Jornal - Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, do Editor de Política - Zanei Barcellos e dos repórteres (Curitiba) Ivan Santos, Rafael Martins, Patrícia Gil e (Londrina) Jaime Kasten.

Contando com o apoio dos nobres Pares, requer seja expedida correspondência ao Diretor do Jornal Gazeta do Povo - Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, para o Editor de Política Zanei Barcellos e os repórteres Ivan Santos, Rafael Martins, Patrícia Gil e Jaime Kasten - Rua Pedro Ivo, nº 459 - Centro - CEP 80010-020 - Curitiba / PR.

REQUERIMENTO Nº 6600

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Senhor Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, e ao Secretário de Estado do Esporte e Turismo, Ney Leprevost, solicitando providências no sentido de que sejam reformados os Centros Esportivos de Maringá, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 27.04.99.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Recentemente, o Diário de Maringá estampou em suas páginas o abandono em que se encontra o Centro Esportivo do Jardim Alvorada de Maringá, com a piscina olímpica fechada há quase um ano, por falta de recursos para reformá-la. Seu custo está orçado em cerca de R\$145.000,00, e a Prefeitura Municipal não possui recursos para efetuar a reforma.

Há ainda outros Centros Esportivos na cidade que necessitam reformas e ampliações, como o da Vila Operária, o do Borba Gato e outros.

A solução está na liberação de recursos, pelo Governo do Estado, para que a Prefeitura de Maringá efetue essas reformas.

Nunca é demais lembrar que o esporte é a alternativa que a juventude tem para fugir da ociosidade, que é a causa de tantos males, como a violência, o uso de drogas e a depressão.

REQUERIMENTO Nº 664

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o duto Plenário, seja encaminhado expediente ao Titular do Colégio Marista Pio XII, de Ponta Grossa, e no endereço (Rua Rodrigues Alves, 701, 84015-440 - Ponta Grossa / PR), congratulando pela canonização do fundador daquela Ordem Religiosa, Pe. Marcelino Champagnat, ocorrida no último dia 18 de abril de 1999, em Roma, por ato de Sua Santidade o Papa João Paulo II.

A Ordem Religiosa dos Maristas, distribuída em 75 países, incluindo o Brasil, onde com 65 colégios, 35 obras sociais, editora de livros e 02 universidades, continua a obra iniciada pelo fundador, em 02 de janeiro de 1840, na França. Trata-se de uma obra totalmente dedicada à educação e à formação da personalidade para uma sociedade sempre necessitada de valores humanos, morais e cristãos.

Em Ponta Grossa, é digno de nota o trabalho magnífico desenvolvido pelos Irmãos Maristas através do Colégio Pio XII no Jardim Santa Mônica. Verdadeiro apostolado e crença nas possibilidades do homem em se superar e alcançar os melhores e maiores patamares de seu viver e existir.

Sala das Sessões, em 27.04.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 665

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de expediente ao Diretor Administrativo do IPE, Dr. Adolfo Aguilar Junior, solicitando em caráter de urgência a liber-

ação de verba da conta pendente da Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa.

Tal solicitação deve-se ao fato de que no último dia 22 de abril, três equipamentos (Autoclave) que faziam a esterilização de todo material cirúrgico e roupas utilizadas na Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa explodiram. O setor de esterilização, com cerca de 200 metros quadrados, teve praticamente todos os vidros quebrados e a maior parte das paredes teve o gesso, que reveste a alvenaria comum também danificado.

Cada uma das máquinas que explodiu custa entre R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e R\$50.000,00 (cinquenta mil reais). Foram perdidos ainda todos os instrumentos cirúrgicos que se encontravam nas máquinas de esterilização.

Sala das Sessões, em 27.04.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 676

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Governador do Estado, Dr. Jaime Lerner, solicitando sejam tomadas as providências necessárias para a contratação dos Investigadores e Escrivães de Polícia, aprovados no último concurso público de provimento de cargos da Polícia Civil.

O objetivo dessa solicitação, prende-se ao fato do alto crescimento do índice de criminalidade no Estado, e o número reduzido de profissionais dessas áreas, suprimindo assim a carência do setor.

Em anexo, encaminhamos expediente recebido pelo Deputado que este subscreve, assinado pelos representantes dos Conselhos Comunitários de Segurança de Pato Branco e pelo Presidente da Câmara Municipal daquele município.

Sala das Sessões, em 27.04.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

Pato Branco, 23 de abril de 1999.

Exmo. Sr. Deputado:

Informamos que o índice de criminalidade face à crise econômica do país encontra-se com problemas sérios, inclusive no Estado do Paraná, onde o setor de segurança pública, com o quadro próprio totalmente defasado e a Polícia Civil, com inúmeros inquéritos nos cartórios que perecem pela falta de escrivãos, enquanto que o setor de investigação, onde de fato o policial civil deve atuar, está totalmente sem ação, pela falta de efetivo policial.

Com centenas de novos investigadores e escrivãos aprovados no último concurso, a Secretaria de Segurança Pública não toma quaisquer medidas para sanar a dificuldade, investindo apenas no policiamento ostensivo (Polícia Militar)

enquanto que os serviços essenciais, como investigação, perícia, IML, identificação, guarda de presos, inquéritos, fiscalização de casas noturnas, etc., que são vitais para a segurança da sociedade, são relegados a um plano de esquecimento.

As delegacias de polícia do interior não contam com policiais civis, apenas com leigos "que são cedidos pelas prefeituras, sem conhecimento suficiente para expedir quaisquer documentos, que pela falta de formação na área poderão prejudicar e não ajudar a comunidade.

Para tanto, solicitamos o apoio de Vossa Excelência, encampando conosco esta luta, pela imediata nomeação dos novos policiais, para que possamos de fato prestar bons serviços à comunidade, oficiando documento ao Governador do Estado, Sr. Jaime Lerner e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, exigindo a imediata nomeação dos novos Investigadores e Escrivãos aprovados no último concurso, cuja última etapa realizou-se em setembro de 1998.

Contando com o apoio de Vossa Excelência, antecipamos agradecimentos, enquanto colocamos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

Atenciosamente,

(aa) Conselho Comunitário de Segurança
Aldir "Carrapicho" Vendrusculo - Presidente
Enio Ruaro - Pres. Conselho Deliberativo
Câmara Municipal de Vereadores
Nelson Bertani - Presidente

REQUERIMENTO Nº 685

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Diretor do DETRAN - MD. Cesar Roberto Franco e ao Diretor do DER - MD. Luis Alberto Küster, solicitando informações sobre as relações dos nomes das empresas tercerizadas para aplicação das multas, bem como as cópias dos contratos estabelecidos com as empresas particulares.

Sala das Sessões, em 27.04.99.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação justifica-se, face a necessidade de se tornar transparente a administração pública.

Evitando desta forma uma indústria de multas, sacrificando os motoristas deste.

Contando com o apoio dos nobres Pares, requer seja expedida correspondência ao Diretor Geral do DETRAN - Departamento de Trânsito do Paraná - Dr. Cesar Roberto Franco - Avenida Victor Ferreira do Amaral, s/nº - Tarumã - CEP: 82800-900 - Curitiba - PR e ao DER - Departamento de Estra-

das e Rodagens - Luiz Alberto Küster - Avenida Iguaçu, 420 - Centro - CEP: 80230-902 - Curitiba - PR.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional com a participação da Associação dos Municípios do Paraná, Federação das Associações de Municípios do Estado do Paraná, Federação da Indústria do Estado do Paraná, União de Vereadores do Estado do Paraná, Federação da Agricultura e Federação do Comércio, e outras entidades governamentais e não governamentais visando a análise e apresentação de propostas para o desenvolvimento regional do Estado do Paraná.

Art. 2º - O Fórum realizará audiências públicas nas diversas regiões do Estado do Paraná e contará com o apoio das Associações Regionais de Municípios, bem como das entidades que compõem o Fórum Estadual.

Art. 3º - As propostas e os resultados apresentados nas audiências públicas regionais do Fórum serão necessariamente incluídas como emendas ou outra forma adequada no Orçamento Anual e no Plano Plurianual do Estado do Paraná.

Art. 4º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de resolução visa dar condições de participação a toda sociedade organizada, proporcionando elementos capazes de formular uma proposta de desenvolvimento condizente com a realidade regional do Estado do Paraná e no interesse das comunidades.

Trata-se de prática moderna de planejamento e que pretende de um lado aprender a realidade local e de outro apresentar as respostas mais capazes para atender as necessidades da população e dentro das possibilidades do próprio Estado e da sociedade.

Ponto de fundamental interesse é a elaboração da proposta orçamentária anual e do Plano Plurianual que necessariamente deverá levar em consider-

ação os aspectos indicados nas audiências regionais do Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional.

A Assembléia Legislativa assim, torna-se agente ativo e participante com todas as organizações previstas na Constituição Federal em sua identidade supra partidária e supra ideológica, sendo o verdadeiro espaço democrático característico de uma sociedade democrática e pluralista. O intento, porém, é mais do que receber propostas regionais. O Legislativo provocará, assim, o debate em torno da democracia representativa e da democracia participativa para aperfeiçoar as formas de participação democrática, exercendo em definitivo seu papel de manutenção e incentivador do pluralismo, da liberdade e da democracia.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 201/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

A Assembléia Legislativa aprovou e o Governo do Estado sancionou a seguinte lei:

Art. 1º - Para efeito de classificação das empresas em certame licitatório no Estado do Paraná, além do que dispõem a Lei nº 8.666/93, deverão, os interessados na realização de obras, serviços ou vendas para o Estado, comprovar a observância das vedações estabelecidas no artigo 7º, incisos XXX e XXXIII; e artigo 227, § 3º, incisos I, II e III da Constituição Federal.

Parágrafo Único - A documentação relativa à comprovação do disposto no *caput* consistirá de prova de situação regular perante o Ministério do Trabalho.

Art. 2º - A exigência a que se refere o artigo anterior manter-se-á suspensa no período de seis meses a contar da publicação desta lei ficando o Poder Executivo autorizado a prorrogar este prazo uma única vez e por igual período.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.99.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Este Projeto de lei visa vedar o trabalho de menores de 14 anos e regularizar a inserção de ado-

lescentes de 14 a 18 anos no mercado do trabalho, excluindo de concorrências públicas empresas que exploram o trabalho infantil e desrespeitam a observância dos artigos 7º, XXX, XXXIII e art. 227, § 3º, I, II, III da Constituição Federal.

Tal medida faz-se necessária, tendo em vista que, segundo o Ministério Público do Trabalho - da Procuradoria Regional do Trabalho - 9ª Região - a incidência do trabalho infantil e irregular de adolescentes é bastante significativa no Estado do Paraná.

Por isso, a Assembléia Legislativa deve priorizar a erradicação da exploração da mão-de-obra infantil e a regularização do trabalho do adolescente em nosso Estado. Tal ação visa o resgate da cidadania das nossas crianças e adolescentes, impedindo que continuem vítimas de empresas e/ou de prestadores de serviços, obras ou vendas para o Estado.

Isto posto, peço o apoio dos Senhores Deputados para a tramitação e aprovação do referido projeto nesta colenda Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 202/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibido a prática do trote em alunos das instituições da Rede Pública de Ensino de 1º e 2º Graus e de Ensino Superior mantidas pelo Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Os diretores das instituições de ensino, descritas no *caput* desde artigo, ficarão responsáveis pela aplicação da presente lei.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.99.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

A morte do estudante Edison Hsueh, ocorrida na Faculdade de Medicina da USP, chocou toda a nação brasileira.

É dever do Poder Público tentar coibir com os atos de violência praticados nas nossas instituições de ensino, razão pela qual estamos apresentando o presente projeto de lei.

Somos sabedores que o trote aplicado vem causando discussões em torno da maneira como é conduzido, com os calouros sendo humilhados, agredidos fisicamente e moralmente, chegando ao ponto de, em alguns casos, deixar seqüelas físicas e

mentais e até a morte, como no caso do Edison Hsueh.

O que nos leva a apresentar a proposição em tela é contestar essa "comemoração" pela falta de respeito e humanidade em que são tratados os calouros, nossos filhos, quando ingressam em uma nova etapa de suas vidas.

PROJETO DE LEI Nº 203/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública ao Pelotão da Guarda-Mirim de Guaratuba, com sede no Município de Guaratuba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.99.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei ora em tela, reveste-se de caráter essencial, eis que a entidade ora descrita, presta serviços de grande alcance social, proporcionando melhores condições de vida a toda nossa comunidade e turistas.

A entidade visa proporcionar defesa dos direitos civis, noções de trânsito, orientação de higiene, cânticos de hinos militares e ordem unida, informações aos turistas.

Assistência do Estatuto da Criança e do Adolescente, com grande incentivo a prática de esportes, com acompanhamento médico à criança e ao adolescente, manutenção e desenvolvimento de suas atividades.

Presta ainda outros e relevantes serviços a entidade ora analisada, devendo portanto, ser o projeto de lei, aprovado por esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 204/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar, através da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus de Cascavel, a extensão do Curso de Pedagogia no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotação própria da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, suplementadas se necessário.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.99.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

A educação brasileira rege-se atualmente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, que institui em seu artigo 87 das disposições transitórias, a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir de sua publicação, que deu-se em 20.12.96. A referida lei determina em seu § 4º que até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.

Desta forma:

Considerando que a região Oeste do Paraná conta, atualmente, somente com a oferta de um curso de graduação em pedagogia localizado na UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná no Campus de Cascavel;

Considerado que o Campus de Foz do Iguaçu oferta na modalidade de licenciatura somente os cursos de letras/espanhol e matemática e que desta forma os professores não têm tido a opção de cursar a graduação em pedagogia, fator este que impedirá o cumprimento dos dispositivos legais anteriormente citados;

Considerando que tendo observado a demanda social da região para o referido curso, UNIOESTE elaborou um projeto de expansão de vagas do curso de pedagogia, para a formação de professores não habilitados da educação infantil e do primeiro ciclo do Ensino Fundamental, aproveitando toda a estrutura material e o corpo docente já disponíveis na instituição, reduzindo, desta forma, imensamente os investimentos necessários para a implantação do curso em questão, já tendo inclusive este projeto obtido aprovação em todas as instâncias internas da universidade.

A criação de uma extensão do curso de pedagogia de Cascavel em Foz do Iguaçu, seria a forma mais objetiva e econômica de obter um salto qualitativo, inestimável para as redes municipal e estadual de ensino regular da região extremo oeste. Sendo que estaríamos atendendo desta forma as necessidades, potencialidades e aos interesses da população desta região.

Cabe-nos esclarecer ainda, que a região Oeste tem hoje uma demanda reprimida por vagas de acesso ao ensino superior muito grande devido ao fato de que a nossa universidade está em fase de consol-

idação, sendo que grande parte dos cursos estão sendo ofertados há pouco tempo.

Salientamos também, que além de estarmos nos preparando para atender os dispositivos da nova LDB, estaremos antes de tudo oportunizando o atendimento de uma necessidade social cuja abrangência não será pura e simplesmente a expansão de mais um curso de graduação para uma instituição de ensino superior do Paraná mas terá sim o poder de atingir cada cidadão daquela região através da melhoria da educação que é ofertada aos seus filhos mediada pela qualificação docente, pois temos claro que o investimento feito em educação se reflete para muito além das quatro paredes da sala de aula.

Portanto, compreendendo que o Governo do Estado do Paraná, é um grande estimulador de expansão de oferta de vagas no ensino superior, conforme consta inclusive nos termos da Autonomia Universitária e conforme atestam suas ações até o presente momento, o acionamos através deste projeto de lei, a atender esta reivindicação que reflete principalmente a expectativa dos atuais profissionais da educação, assim como de toda a população do Extremo Oeste do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 205/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Governo do Estado do Paraná fica autorizado a isentar o pagamento das taxas de água e luz para as Associações de Moradores de Bairro do Estado do Paraná e às creches que estejam cadastradas junto à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.

Art. 2º - Para gozar do benefício previsto nesta lei, a entidade deverá estar legalmente constituída, comprovar a finalidade não lucrativa e o efetivo funcionamento, bem como não poderá ter sua diretoria remunerada.

Art. 3º - A sede de funcionamento da Associação de Moradores de bairros deverá ser comprovada mediante cópia da certidão de propriedade do registro de imóvel, ou contrato de locação, ou contrato de comodato, ou cessão de uso, conforme o caso.

Art. 4º - Os requisitos exigidos pelo art. 2º e 3º deverão ser comprovadas a cada 180 (cento e oitenta) dias e o não cumprimento implica na suspensão do benefício até a efetiva comprovação mediante apresentação dos documentos.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.99.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, ao propor a isenção do pagamento das taxas de água e luz para a Associações de Moradores de Bairro do Estado do Paraná, visa conceder um auxílio a estas organizações populares, que passam por sérias dificuldades financeiras e que prestam serviço relevantes à comunidade.

As Associações de Moradores de Bairro são instrumentos importantes para a vida das comunidades de periferia das cidades, funcionando muitas vezes como suplente da administração pública na resolução de diversos problemas da comunidade local.

Da mesma forma, as creches que já estão devidamente cadastradas junto à Secretaria do Estado da Criança e Assuntos da Família, que prestam serviços de vital importância para a comunidade e que por vezes estão tendo o fornecimento de água e luz cortado em vista de dificuldade econômica por que estão passando.

Entendemos ser de grande alcance social esta proposição, visto que o benefício irá, sem dúvida, reverter em prol da coletividade, minimizando os custos para o funcionamento destas entidades.

Assim sendo, solicito aos nobres Pares desta Casa o apoio a esta propositura, a fim de que possamos incentivar as atividades destas importantes entidades.

PROJETO DE LEI Nº 206/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Executivo fica autorizado a implantar o Serviço Social em estabelecimentos escolares pertencentes à Rede Estadual de Ensino com mais de 200(duzentos) alunos.

Art. 2º - O Serviço Social, objeto desta lei, atuará no sentido de proporcionar à escola uma visão ampla da realidade social em que se integra o aluno, dinamizando e orientando as relações entre este, a família, a escola e a comunidade.

Art. 3º - A coordenação, o planejamento e a execução das atividades a que se refere o artigo anterior caberão a bacharéis em Serviço Social, obedida a regulamentação profissional.

Art. 4º - As despesas com a execução desta lei constarão em dotações próprias no Orçamento do Estado.

Art. 5º - Esta lei será regulamentada no prazo de 90 (noventa) dias, ouvido o Conselho Regional das Assistentes Sociais.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.99.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

Vários estudos têm apontando um aumento significativo do número de alunos que apresentam problemas de uso de drogas, baixo rendimento escolar, agressividade, indisciplina, além de um elevado número de reprovação e evasão escolar. Estes problemas, no entanto, fazem parte de estatísticas, números, sem que, na grande maioria dos casos, se saiba as suas causas.

A implantação do Serviço Social em estabelecimentos de ensino visa exatamente diagnosticar, analisar, encaminhar e acompanhar os problemas detectados nas escolas, com o objetivo de saná-los ou, ao menos, minimizá-los, atuando de forma preventiva, sempre que possível.

A atuação dos profissionais do Serviço Social, junto com os demais profissionais que já trabalham nas escolas, será de fundamental importância para diminuir estes, que com o quadro de crise social tendem a agravar-se, e, assim reduzir a repetência e a evasão escolar.

Assim sendo, solicito aos nobres Pares desta Casa o apoio a este projeto de lei, que tem como objetivo principal garantir a educação para todas as nossas crianças e adolescentes, como determinam nossas leis maiores.

PROJETO DE LEI Nº 207/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Executivo fica autorizado a isentar o pagamento da taxa de cédula de identidade para as pessoas com renda mensal de até 3(três) salários mínimos.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei num prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.99.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

A carteira de identificação pessoal é, do ponto de vista da cidadania, um direito irrefutável, e, por isso, deveria ser oferecida de forma gratuita a todos cidadãos. A cobrança de taxas para sua expedição constitui-se em empecilho para o acesso de parte significativa da população a esse documento, comprometendo o pleno exercício da cidadania. Assim, a aprovação do presente projeto de lei, isentando as pessoas que percebem até 3 (três) salários mínimos mensais da taxa de expedição de Carteira de Identidade, significa o reconhecimento, por parte do Estado, de um direito inalienável dos cidadãos.

PROJETO DE LEI Nº 208/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Executivo fica autorizado a conceder, aos professores do Estado do Paraná, gratificação de até 20% sobre o vencimento básico, a título de "pó de giz", ao atuante em sala de aula, bem como conceder, a título de "hora atividade", até 20% do total das horas-aula, para o professor proceder a preparação de aula, correção de provas, aperfeiçoamento profissional e outras atividades afins.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei através de Decretos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.99.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

A hora-atividade é uma reivindicação antiga dos professores estaduais. No último reenquadramento funcional do magistério paranaense houve a incorporação da gratificação da Regência de Classe, para que houvesse adaptação à tabela proposta pelo Governo. No entanto, os professores paranaenses continuaram insatisfeitos, na medida em que na prática não aumentou em quase nada seus vencimentos. Esta insatisfação foi maior entre os professores que regem a turma em sala de aula, que cheiram pó de giz diariamente, pois a Regência de Classe lhe foi tirada e a atividade professoral na sala de aula passou a ter a mesma valorização de um trabalho meramente burocrático, sem valorizar e diferenciar o professor que está constantemente em sala de aula.

Por conta disso, estamos convocando o Poder Executivo a cumprir um antigo compromisso, de que a atividade em sala de aula teria um tratamento diferenciado e privilegiado, e sancione esta lei que instituiu o “pó de giz”, em substituição à antiga Regência de Classe.

A adoção da hora-atividade regulamentada - que existe no magistério federal e é adotado por várias prefeituras para os professores municipais - justifica-se pelas horas que o professor, fora da sala de aula e da escola, fica preparando aula, aperfeiçoando-se, lendo um livro ou revista pertinente ao tema da aula ou com relação à psicologia ou pedagogia educacional; pelas horas que passa preparando e corrigindo provas, organizando o caderno de chamadas, verificando as tarefas realizadas pelos alunos, recepcionando os pais para uma conversa, para um aconselhamento; pelas horas despendidas no preparo da festa junina, no baile para arrecadar fundos para a ampliação ou reforma da escola, etc.

Com a concessão da hora-atividade, o professor terá 20% do total das horas aulas que está trabalhando para este fim. É pouco, mas é um pequeno reconhecimento da sociedade paranaense ao valioso trabalho da classe do magistério estadual.

Neste sentido, convoco aos nobres Pares a apoiar tal proposição, demonstrando que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná está, efetivamente, ao lado dos professores e professoras paranaenses.

PROJETO DE LEI Nº 209/99
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Salto do Lontra.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.004.99.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

A APMI tem como objetivo geral buscar o envolvimento das comunidades na melhoria da qualidade de vida, fortalecendo a participação e capacitação dos associados, organizar, implantar e manter clube de mães e/ou grupos de mulheres, bem como entidades que atuem com a população menos favorecida.

PROJETO DE LEI Nº 210/99
A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, proibido de contratar, locar, emprestar, receber em comodato ou firmar parceria com empresas privadas que tenham por finalidade exercer o controle e a fiscalização do trânsito em Rodovias Estaduais por meios eletrônicos, fotográficos, elétricos, mecânicos ou equipamentos similares.

§ 1º - É vedada a participação de empresas privadas no produto da arrecadação de multas registradas nas estradas estaduais, inclusive as concessionadas.

§ 2º - Exclui-se do *caput*, desse artigo a fiscalização realizada pela Polícia Rodoviária Estadual com equipamentos adquiridos pelo Estado.

Art. 2º - O Poder Executivo, terá o prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias para rescindir os contratos firmados entre a administração direta ou indireta e empresas privadas que estejam realizando a fiscalização.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.99.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que veda a contratação de empresas para prestar serviços de controle e fiscalização de trânsito nas Rodovias Estaduais, tem por objetivo proteger a sociedade paranaense dos abusos que estão sendo verificados nas Rodovias Estaduais com empresas privadas que estão realizando a fiscalização com veículos descaracterizados com o intuito exclusivo, de multar e arrecadar tributos para o Estado e empresas privadas.

Não é admissível como Política Educacional de Trânsito a autuação do infrator, sem que este saiba onde foi multado e quem realizou esta autuação, até porque ao receber a notificação em sua residência dias após cometida a infração, restará a ele o sentimento da indignação porque sequer saberá em que circunstâncias e em qual ponto da estrada foi autuado. Melhor seria como Política Educacional de Trânsito, haver abordagem por policial rodoviário, que poderia além de autuá-lo, conscientizá-lo do risco que o condutor do veículo estava exposto, inclusive pondo em risco a vida de terceiros, no caso de uma colisão.

Esta abordagem, evitaria que o condutor seguisse adiante impondo ao seu veículo a mesma velocidade, o que por certo não ocorre com essa fiscalização descaracterizada, pois o condutor não

sabendo que foi fiscalizado, continuará imprimindo a mesma velocidade ao seu veículo.

A fiscalização como pretende o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, exclui a fiscalização da Polícia Rodoviária a médio prazo, o que por certo trará prejuízos efetivos a corporação.

O projeto em questão, não conflita com o Código Nacional de Trânsito Brasileiro, haja vista que não proíbe no Paraná a fiscalização elétrica, eletrônica, mecânica ou fotográfica, apenas veda que empresas descaracterizadas realizem os serviços, lucrando as custas dos contribuintes do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência tem a satisfação de registrar a presença dos alunos da Escola Maria Montessori, acompanhados do Professor Altair Nádia, aqui de Curitiba, e sente-se honrada com a presença dos estudantes aqui na nossa Casa, e atendendo uma solicitação dos alunos, o aluno Valmor de Souza, da 6ª série, gostaria de ler uma correspondência aos Senhores Deputados.

Para tal esta presidência lhes concede o tempo de 5 minutos.

O SR. VALMOR DE SOUZA

Senhores Deputados, antes de mais nada agradecemos o convite para visitar a Assembléia, estamos muito felizes por mais esta atividade, que não seria possível sem o seu apoio, oferecendo-nos condução, porque sem ela, seria impossível esta visita.

Aproveitando a oportunidade, desejamos pedir um pouco mais de atenção à Escola Pública, não só para a nossa Escola, mas para todas as que estão sofrendo com o corte dos gastos.

Para que os senhores tenham idéia, só tem uma máquina de xerox que vive quebrada, e os professores tem que pagar para poder usar quando precisam nos fornecer algum material, nós temos portas que não tem trinco, a tela de proteção da quadra está com defeito, e quando a bola cai na casa da vizinha, ela fura. Sem falar da violência que anda ao redor de nossa escola, com certeza ela seria menor se tivéssemos policiamento no horário de entrada e saída dos alunos.

Senhores Deputados, tem droga dentro da escola e nossos professores e direção, não tem o apoio suficiente para controlar, pois muitos alunos vem de influências negativas de fora, não é possível controlar todos os alunos fora da escola, porque nem todos tem famílias responsáveis, alguns alunos sofrem agressão em casa, como elas poderiam se portar melhor na escola.

Nossa direção, professores e professoras, se preocupam muito com tudo isto, e tentam controlar e resolver estas situações, mas, como os senhores sabem, ao contrário de seus salários, o salário deles não sobe há mais de 4 anos, eles tem que assumir muitas aulas, chegando a 60 por semana, na escola pública e infelizmente na particular que paga mais que o dobro do que ganham no Estado com melhores condições de trabalho.

Como seria bom, ver nossos professores, que são tão competentes e bem dispostos a nos ensinar, dando aulas com maiores estímulos, como este passeio, mesmo, ou com material de apoio atualizado, xerox e computador para elaborar suas provas, para que elas ficassem mais bonitas e também ganhassem mais para que pudessem trabalhar menos e não viessem tão cansados nos ensinar.

Nós gostaríamos que os senhores pensassem bem nisso, pois seremos seus eleitores no futuro, e são nossos professores que mais nos influenciam na hora de ensinar a votar.

Se este nosso apelo for atendido, com certeza nós lembraremos com carinho de vocês, e deixaremos de ter este preconceito com a Política de nosso Estado e País.

Os alunos da Escola Estadual Maria Montessori agradecem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Assembléia agradeceu e registra o apelo do aluno Valmor de Souza, da 6ª série.

Passa-se ao Pequeno Expediente, primeiro orador inscrito, Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na manhã de hoje o Deputado Algaci Tulio, o Deputado Marcos Isfer, que é o vice-Presidente da Comissão, deverão proceder o relato, mas aconteceu a primeira reunião da Comissão Especial que trata dos problemas dos mananciais, sobretudo da Região Metropolitana, abrangendo as 4 cidades de São José dos Pinhais, Piraquara, Pinhais e Colombo.

Tivemos a primeira reunião, algumas decisões já foram tomadas e o encaminhamento deverá ser noticiado pelo Presidente da Comissão Deputado Algaci Tulio, ou pelo Deputado Marcos Isfer, que é o vice-Presidente desta Comissão.

Venho também anunciar que amanhã, e os Senhores Deputados estão todos convidados, às nove horas da manhã, daremos início no Plenarinho da Assembléia Legislativa, do primeiro debate público a respeito da Lei de Incentivo à Cultura.

O senhores sabem, tramita nesta Casa já há três anos, um Projeto de minha autoria que diz respeito ao estímulo e incentivo à produção cultural no Estado do Paraná.

Este projeto está tramitando novamente nesta legislatura. Existem mais dois Projetos, um de autoria do Deputado Anibal Khury e outro ainda tramitando na Casa.

Então, amanhã, os setores da produção cultural da área do cinema, do vídeo, do teatro, da dança, a Fundação Cultural de Curitiba, a Secretária de Cultura do Estado do Paraná, a partir das nove horas, daremos início ao primeiro debate a respeito da Lei de Incentivo à Cultura no Estado do Paraná.

Esperamos que neste semestre possamos aprovar esta lei para que no ano que vem, no exercício fiscal, a cidade de Curitiba e os demais municípios do Paraná possam ter um instrumento para fomento da produção cultural no nosso Estado.

Já acontece, já é lei, já existem neste sentido a nível de Estado, no Território Brasileiro. O Estado de São Paulo, tem uma Lei que incentiva tanto o Município de São Paulo, como o Estado, o Estado de Minas Gerais tem já uma lei que incentiva a produção cultural com base no imposto arrecadado pelo Estado, de ICMS e na Cidade de Belo Horizonte com base no IPTU e ISS.

No Estado do Rio Grande do Sul também existe a Lei de Incentivo à Cultura tanto do estado quanto do município de Porto Alegre.

O Estado de Alagoas, e diversos Estados do Nordeste estão encaminhando a discussão e esperamos que no Paraná possamos aprovar este ano uma lei que possa fomentar a produção cultural no Estado a partir do ano que vem, porque, como sabemos, ao tratar de questões de imposto, só temos a possibilidade de fazer com que a Lei passe a valer no exercício fiscal do ano seguinte.

Além disso, gostaria de noticiar a presença dos alunos da Escola Montessori e esperamos que a Assembléia Legislativa possa atender sua solicitação, não somente em nome desta escola, mas da grande maioria das escolas públicas do nosso Estado, que tem necessidade de ampliação dos seus recursos para melhorar a qualidade do ensino e garantir o ensino público gratuito para a população paranaense.

Mas, recebemos a visita, Senhor Presidente e Senhores Deputados, dos alunos também da fundação do Teatro Guaíra que fazem o curso de Balé. A fundação tem um curso de balé onde a partir dos cinco anos de idade é ofertado publicamente, à disposição de toda a comunidade curitibana e do Estado do Paraná.

Este curso passa por dificuldades financeiras e há uma comissão de alunos aqui que vai visitar todos os Deputados.

Encontrei-me com eles no corredor e disse que apresentaria-os a todos os Deputados. Eles estão fazendo uma pequena solicitação:

O curso de balé do Teatro Guaíra tradicionalmente participa de um festival internacional.

No último que participou na Bahia, ganhou o prêmio de melhor conjunto e, neste ano, eles pretendem novamente representar o nosso Estado neste Festival, no entanto sabemos das dificuldades financeiras por que passa o Estado como um todo e a Fundação Teatro Guaíra não poderia ser diferente.

Eles pretendem ir de ônibus até a Bahia participar do Festival e precisam de uma verba global na ordem de quinze mil reais para custear a inscrição, o transporte, a estadia e não dispõe de recursos. Estão visitando empresas, organismos públicos e hoje vêm à Assembléia Legislativa.

Então, gostaria de fazer um apelo em nome aí do Samuel, em nome da Camila, da Janaína, da Maria Antonieta e de todos os outros integrantes do curso de balet do Teatro Guaíra, para que os Senhores Deputados possam receber os estudantes.

Se nós, aqui, pudermos contribuir com R\$50,00 cada um, somos 54 Deputados, já dá uma soma de recursos, se pudermos contribuir com mais, cada Deputado, ótimo, melhor para os estudantes que vão poder viabilizar a sua viagem.

Mas se cada um puder contribuir com R\$50,00 já ajuda e ajuda muito os estudantes a garantir, pelo menos, a participação do Estado do Paraná, neste festival que é muito importante.

Então é esse o apelo que fazemos e deixamos aí, a partir do encerramento da Sessão, espero que os Deputados possam contribuir.

Quem quiser contribuir, desde já, pode fazer o cheque, e contribuir aqui com a Comissão que eles estão bastante necessitados.

Era isso, Senhor Presidente, e agradeço pela sua benevolência na concessão do espaço.

Muito obrigado.

O SR. DUÍLIO GENARI (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, apenas queria registrar a presença do Vereador Odair Macari, do Município de Toledo, residente no distrito de Nova Sarandi, onde estamos apresentando a criação do Distrito Vila Nova que vai chamar-se 500 anos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa dá boas-vindas ao Vereador e que sintam-se em casa.

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ponta Grossa tem há mais de uma centena de anos a Santa Casa de Misericórdia, hospital este que atende a Cidade de Ponta Grossa e a região dos

Campos Gerais, Neste curso centenário de existência a Santa Casa é gerida por uma provedoria que nada recebe, escolhida ela no meio da sociedade ponta grossense e que empresta, graciosamente, a sua colaboração, administrando aquela Casa hospitalar.

Tem no seu estatuto que qualquer cidadão, ou qualquer cidadã, ali chegando é atendida e posteriormente identificada se tem ou não recursos para pagar o atendimento que é solicitado, seja esta pessoa oriunda do município, da região, do Estado, da Nação e até estrangeiros que não têm ninguém por si.

Hoje, Senhor Presidente, Senhores Deputados, estou fazendo este relato porque na última semana a Santa Casa de Misericórdia, agora na provedoria dirigida por Salim Chama, como tesoureiro Gilson Bichtech, apesar das dificuldades, devendo mais de R\$620.000,00 nas instituições financeiras de Ponta Grossa, com aval particular deles e das esposas dos mesmos, foi infelizmente sacudida por uma implosão que sacudiu o centro de esterilização do hospital, arrebentou com a UTI, danificou parte grande da central de ar condicionado, enfim, fez com que aquele andar todo se tornasse inservível, ao lado da sala de cirurgia.

A Santa Casa faz de 20 a 30 operações diárias e é realmente o meio pelo qual aquele hospital sobrevive. E hoje, pasmem, Senhores Deputados, Senhor Presidente, a esterilização das salas improvisadas de operações que estão sendo efetivadas, na Santa Casa, estão sendo feitas no Município de Londrina. Pela manhã vai a condução e à tarde voltam os aparelhos esterilizados, porque os outros hospitais congêneres a Santa Casa, como o hospital Vicentino, Evangélico e Bom Jesus, não têm a capacidade técnica para fazer a esterilização desses instrumentais cirúrgicos que são utilizados nas cirurgias.

E aqui em Curitiba, também foi procurada pela direção da Santa Casa, nesse Estado de emergência e não encontrou também disponibilidade para que esse trabalho fosse efetivado. Mas venho aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, além de alertar a mais alta autoridade da saúde deste Paraná que é o Secretário Armando Raggio - e que na tarde de ontem ele recebeu documentos pedindo a colaboração daquela Secretaria, como também fotografias do ocorrido lá no Município de Castro, numa reunião que ele participava, da Associação dos Municípios dos Campos Gerais. Levamos também a Secretária Fanny Lerner, que é Presidente do PROVOPAR - para esse estado de emergência e de calamidade que se encontra a Santa Casa de Ponta Grossa. E levamos também S.Exa. o Governador para que ele próprio siga o exemplo dado pelo Prefeito de Ponta Grossa, que apesar da

dificuldade financeira do município, apesar de ter realmente uma condição que não é favorável à sua administração...

Com a anuência dessa Presidência, queria relatar aos Senhores Deputados que o Prefeito de Ponta Grossa, apesar das vicissitudes que enfrenta na sua administração, reclamado que foi, participando de uma reunião com a direção da Santa Casa e com outros segmentos da sociedade de Ponta Grossa, sensibilizou-se na tarde de ontem, entregou à direção da Santa Casa, um cheque de 100 mil reais como colaboração para essa recuperação que irá extrapolar a ordem de quase 500 mil reais para o seu conserto.

Só para ilustrar, Senhores Deputados, essa tomada de atitude, acredito e tenho certeza que o Governo do Estado - e hoje estamos entrando com um requerimento - vai ter que vestir realmente a roupa da saúde do Paraná, como vestiu naquele episódio da cólera tão bem administrado, já quase sanado - vai ter ele que ajudar a região dos Campos Gerais, a nossa Santa Casa, seguindo exemplo da Prefeitura da nossa cidade.

Quero testemunhar ainda, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a Santa Casa, através do Deputado Péricles, Plauto Miró Guimarães, Afonso Camargo, Abelardo Lupion o próprio Deputado que ocupa a Presidência e que representa o Deputado Nelson Justus de Palmeira, Deputado Rossoni de Imbituba, Cesar Silvestre que vem até perto de nós ali em Prudentópolis, com a sua representação política, o Deputado Fernando Carli, os Deputados da região dos Campos Gerais e que utilizam a Santa Casa, haverão de ser sensibilizados nessa hora de angústia, que todos nós queremos que ela não perca. A sociedade de Ponta Grossa, o corpo clínico da Santa Casa que é composto por 82 médicos, está presente dando a sua colaboração. E nesta manhã tiveram uma Assembléia Geral aonde todos eles irão ajudar a Santa Casa. Mas preste atenção agora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a vergonha que passamos, igual a este aluno que aqui veio, quando reclamava do estado que se encontra a escola, não a escola deles, mas quase a maioria das escolas públicas desse Estado. Ontem o Secretário Augusto Canto, dizia - da impossibilidade de fazer os consertos a 16 Prefeitos presentes em Castro. A impossibilidade dele cumprir os convênios e fazer o pagamento das obras já reclamadas, por não existir um numerário suficiente para que isso fosse concretizado. Mas o pior Senhores Deputados, o prédio escolar pode esperar, a bola se cair no vizinho ela é furada, mas ela pode ser comprada, ou esta mesma consertada. Mas a saúde pública não volta, a saúde da pessoa não tem retorno. E a Santa Casa não recebe do Governo Novembro, Dezembro, Janeiro, Fevereiro do Governo do Estado através do IPÊ. Se

esse dinheiro for pago Senhor Presidente, Senhores Deputados, a metade da calamidade que se encontra a Santa Casa de Ponta Grossa, com mais a ajuda do Prefeito, mais a ajuda que o Governador do Estado vai ter que dar, iremos recompor a Santa Casa e dar condições de saúde, não só àqueles paupérrimos, aquelas pessoas que não têm pai e não têm mãe, não têm família, que não têm saúde e procuram a Santa Casa e não encontra respaldo. O Governo está devendo quase duzentos mil reais e agora em março, quando a Santa Casa não podia mais prestar assistência ao conveniado do IPE, não só Ponta Grossa, mas o Estado inteiro rompeu. E agora que estamos votando o PARANAPREV-IDÊNCIA, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que achamos que pode ser o caminho, queríamos pedir a aprovação do nosso Requerimento, para que o IPE tenha vergonha na cara e pague o serviço prestado, por colaboradores de Ponta Grossa, por gente anônima da minha cidade, por pessoas que ganham até salário mínimo e colaboram com um, cinco, dez reais, para que a Santa Casa não feche. Foi serviço prestado Senhores Deputados para conveniados do IPE, e vergonha do IPE é não pagar um trabalho feito.

Não podemos de forma nenhuma, Senhor Presidente, Senhores Deputados, deixar passar em branco, uma vergonha que não é nossa porque queremos um Governo bom nesse Estado do Paraná. Estamos entrando com um Requerimento para que cumpram aquilo que foi efetivado e que cumpra agora uma ajuda de emergência para recompor a Santa Casa de Ponta Grossa.

Concedo o aparte ao Deputado Péricles Mello.

O Sr. Péricles Mello

Deputado Luiz Carlos Zuk. Quero inicialmente cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento. Respeitando a sua indignação. Não é possível mais, que tenhamos que assistir tanta propaganda, tanta enganação, como se a televisão falasse a verdade. Ponta Grossa está abandonada em muitos sentidos, principalmente na área de Saúde, como bem relatou Vossa Excelência.

A Santa Casa desde o começo do século, faz parte da história de Ponta Grossa, um hospital que atende as pessoas pobres, as pessoas humildes, que tem uma relação muito forte com a comunidade e encontra-se nesse estado lastimável de abandono.

Por isso, quero me somar ao seu pronunciamento, dando total e irrestrito apoio, não só meu pessoal, mas da Bancada dos Trabalhadores, para que o Governador Jaime Lerner escute esse apelo e libere os recursos do IPÊ e os recursos que ele deve na Santa Casa de Misericórdia.

Recentemente fui informado de outro Hospital Pontagrossense que está em vias de abandonar o

SUS, prefere atender algumas pessoas que puder, de graça, tal a situação calamitosa em que se encontra a saúde em nossa cidade. Portanto, o senhor tem todo o nosso apoio. Temos que nos unir independente de divergências que possamos ter, todos os Deputados de Ponta Grossa, a Prefeitura Municipal para salvar a Santa Casa e melhorar a situação de saúde do nosso povo.

Parabéns pelo seu pronunciamento e nossa total e restrita solidariedade para a Santa Casa de Misericórdia da nossa cidade.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Finalizando, Senhor Presidente. Há um ano e meio atrás o Senhor Secretário da Saúde Armando Raggio destinava a Ponta Grossa, à Santa Casa, através da nossa participação, do Deputado Péricles Mello, do Deputado Plauto Miró, uma verba de trezentos mil reais. Que não foi liberado nenhum centavo.

Este ano, Deputado Péricles Mello, houve por parte do Secretário Armando Raggio uma palavra que haveria uma compensação a ser oferecida à Santa Casa de Ponta Grossa. E, ontem na Cidade de Castro, quando lá se encontrava essa mais alta autoridade da saúde do Paraná, tínhamos ao nosso lado que lá levamos o provedor da Santa Casa Senhor Salen Chamma. Ficamos frente à frente com o Secretário. Cumprimentamos-o pelo trabalho efetivado no litoral do Paraná na campanha da cólera. Apresentávamos e argumentávamos a condição pela qual a Santa Casa nesse estado de emergência necessitaria como necessita dos préstimos daquela autoridade, daquele homem que representa a saúde do nosso Estado.

Fomos prontamente atendidos. Hoje ele iria entrar em contato com a direção da Santa Casa para ver o que poderia fazer, como sempre com boa vontade, mas infelizmente, sem o meio necessário para que fosse atendida essa reclamação.

Agora, com relação ao IPE, foi um serviço prestado. Um serviço que já foi feito. É um serviço de saúde e que deve ser pago.

Por isso, tenho certeza que o nosso Requerimento vai ser aprovado e iremos cobrar uma dívida que a Santa Casa tem para com a saúde do Estado, representada, não no Secretário de Saúde, mas no IPE - Instituto de Previdência do Estado.

Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Algaci Tulio, ainda no Pequeno Expediente.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho à tribuna na condição de Presidente da Comissão que trata dos mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, para esclarecer ao Plenário, dar uma satisfação a esta Casa. Essa comissão esteve reunida hoje pela manhã, com a presença do Senhor Parlamentar Marcos Isfer, Ângelo Vanhoni, Neivo Beraldin, Cezar Silvestri que trouxeram uma grande contribuição para essa comissão, trazendo pessoas preocupadas, interessadas na questão do meio ambiente, na questão desse líquido tão precioso que é a água. Trouxeram para nós a presença dos Senhores Roberto Barbosa e Sérgio Pires que nos apresentaram um anteprojeto para a criação da Universidade da Água.

Aproveitaria o momento que me parece bastante propício hoje, com a presença dos estudantes, essas crianças, essa juventude que enfeitam hoje as galerias desta Casa, para também fazer um alerta. Um alerta com relação ao meio ambiente, um alerta com relação a questão do saneamento básico, e principalmente, a questão do consumo de água. Estudiosos, especialistas, alertam a população do mundo, quem sabe as próximas guerras serão vencidas, não pelas armas nucleares, mas sim, pela falta de água. Ou quem tiver água em depósito é que vai vencer a próxima guerra.

Então é um processo que merece a reflexão de cada um de nós, e esta Casa não tem estado omissa. Esta Casa tem se manifestado, tem trabalhado, tem procurado trazer a sua contribuição para essa discussão.

Na reunião de hoje por exemplo, além desse anteprojeto que cria a Universidade das Águas, nós também já pautamos para a próxima 5ª feira, às 14:00 horas, na Sala das Comissões, uma reunião com os técnicos da COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, para que essa comissão saiba quais os Projetos, qual é a política do Governo Estadual a respeito da preservação dos mananciais, também ao mesmo tempo uma reunião com o técnico da SANEPAR, para sabermos da empresa que gera, que abastece, que trata a água da grande Curitiba e de quase todos os municípios do Paraná.

Qual é a situação do momento?

Como vêm os técnicos da SANEPAR esta perspectiva do consumo de água, da qualidade da água que chega até a casa de cada um de seus consumidores?

São matérias da mais altas importância, como também foi a matéria de alta importância que relatamos hoje, na Comissão de Constituição e Justiça, quando tratamos da política da água no Paraná.

Todos sabem há uma Lei Federal que já gestiona e que já está regulamentada e, que trata da questão da água no Brasil. E o Paraná é lamentavel-

mente um dos poucos estados, pelo menos 18 Estados, dos 27 Estados da nossa Federação, já têm esta Lei Estadual e, o Paraná que sempre foi pioneiro, que sempre mostrou vanguarda, muito embora esta estivesse aqui na Assembléia, desde maio do ano passado, ela não teve a sequência normal. Por isso, agora, tratamos com a máxima urgência deste processo que é o tratamento, é a regulamentação de uma Lei Estadual, para que possamos ter o consumo regularizado e até o pagamento do consumo em excesso por grandes empresários, por grandes industriais no sentido de se criar um fundo, que revertendo esse fundo em favor daqueles próprios consumidores.

É um projeto da mais alta significância, é um projeto que vai exigir do Plenário desta Casa e, por isso, já alerto os Senhores Parlamentares, que receberão nos seus gabinetes uma cópia deste projeto, para que analisem, para que estudem, para que debatam com suas assessorias ou nas suas comunidades, para que a gente possa fazer uma ;ei, bastante avançada. Até porque, a que está na Assembléia, já é uma ;ei avançada em relação ao demais Estados.

Porém, o Paraná, ainda, lamentavelmente, não tem a sua lei que trata da política das Bacias Hídricas, no Estado do Paraná.

Por isso, quero fazer um apelo Senhores Parlamentares, vamos debruçar sobre esta matéria, é matéria importante, o meio ambiente, o saneamento básico, a água, são assuntos fundamentais e que devem merecer a par, evidentemente, das demais discussões, de outros projetos da Casa, alguma prioridade do tratamento.

Era isso Senhor Presidente é a satisfação que queria passar a Casa em função dos trabalhos que a Comissão dos mananciais começou a fazer a partir de hoje, e do trabalho que ela fará na continuação, também.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não havendo mais oradores para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, passaremos ao Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti.

Antes, esta Presidência anuncia a presença dos alunos do Colégio Sagrado Coração de Jesus, de Ponta Grossa, juntamente com a orientadora educacional e irmã Neusa Maria, Professoras Andréa e Cíntia. São 60 alunos da 3ª série. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Com a palavra, o Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados, compareço à tribuna na tarde de hoje, para fazer comentários sobre dois assuntos que estão estampados nos jornais de hoje. Um deles: "Prefeitos cobram de Lerner, 300 milhões de reais atrasados". O outro diz respeito a uma correspondência que recebi e posteriormente uma reunião que tive com técnicos que atuam nas escolas do campo, casas familiares rurais,

Diz aqui a correspondência:

"As escolas do campo, casas familiares rurais do Estado do Paraná, vem por meio deste, comunicar ao Exmo. Senhor Deputado Orlando Pessuti que infelizmente este projeto, de valor incalculável, o qual beneficia mais de três mil jovens agricultores e suas famílias, em 39 municípios do Estado, encontra-se prestes a se acabar, devido à não renovação do convênio técnico e financeiro entre a Associação Regional das Casas Familiares Rurais da Região Sul e a Secretaria Estadual da Educação."

Senhores Deputados, estamos vindo seguidamente a esta tribuna, falar a respeito do atraso no repasse dos recursos fruto dos convênios firmados. Não é a primeira vez que fazemos isso. No ano passado, diversas vezes só neste ano, por três vezes estivemos na tribuna, cobrando do Governo do Estado do Paraná o repasse dos recursos oriundos dos convênios firmados. Felizmente na semana passada, há dez, quinze dias atrás, os recursos foram repassados, e já estamos esperando para a semana que vem, a reclamação, porque até agora, os recursos para o mês de abril não foram ainda sequer programados e certamente não serão liberados no decorrer desta semana, acarretando mais um atraso. Agora estamos aqui com esse convênio das escolas do campo, casas familiares rurais, mais de três mil jovens envolvidos, dezenas de profissionais envolvidos e o Governo do Estado e ainda hoje e a minha assessoria manteve contato com a Secretaria da Educação e disseram que não existe nenhuma previsão de quando e se será assinado esse convênio. Isso parece mais uma das brincadeiras que este governo vem praticando ao longo da sua história aqui no Estado do Paraná.

O SR. IRINEU COLOMBO

Vossa Excelência me permite um aparte.?

O SR. ORLANDO PESSUTI

Ainda há pouco o Deputado Waldyr Pugliesi, comentando a manifestação de um estudante aqui desta tribuna dizia do absurdo ver aqui uma criança, um jovem reclamar que na sua escola não tem as condições mínimas para que o ensino possa se desenvolver e lemos no jornal que o Governo, de novo, quer dinheiro para o Comitê dos Jogos Mundiais da Natureza - que engoliu, no ano passado,

mais de 90 milhões de reais, que dava para resolver o problema, não dessa escola, mas de todas as escolas do Paraná.

E agora, o que estamos vendo? As Escolas do Campo, as Casas Familiares Rurais - tão incentivadas por governos anteriores e por este governo, que instituiu a modalidade "Escola do Campo" - estão à beira do abismo, estão no abandono! Dezenas de técnicos e mais de três mil jovens sem saber se seu ensino vai ser mantido, porque o Governo, a eles, não destina o seu olhar, não destina os recursos que deveria destinar.

Concedo aparte ao Deputado Irineu Colombo.

O Sr. Irineu Colombo

Deputado Pessuti, Vossa Excelência traz à tona um problema de grande relevância ao Estado do Paraná. Esta semana ainda, tivemos a oportunidade de discutir com a entidade e com o Governo, essa questão da educação. Temos hoje no Paraná, várias ONG's ou Associações que tratam da educação. Não educação onde o Estado está constituído, onde tem uma escola fisicamente colocada, mas aquela educação que abrange os rincões, os grotões do Estado do Paraná.

É o caso que Vossa Excelência menciona, a Escola de Campo da Casa Familiar Rural, que atende - é uma situação peculiar, diferenciada da educação, não é cotidianamente que os alunos freqüentam a escola, é adaptada à realidade rural. Tem a APArte, da Região de Londrina, que cuida da educação de jovens e adultos bóias-frias. Bóias-frias que vivem se deslocando. Cuidam, também, de educação bilíngüe nas tribos indígenas. Também a ANCA, do MST, que é uma entidade que trabalha com educação junto aos acampamentos e assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra, onde o Estado evidentemente não tem presença e tem muita dificuldade ou nenhuma possibilidade de estar presente. E, por último, a Escola das Águas, que é uma escola que trabalha com educação junto aos reassentamentos das famílias atingidas por barragens, atingidas por água.

O total de estudantes diretamente afetados pelo corte de convênio com todas as entidades, é de 40 mil. É importante que os Deputados do Governo entendam o impacto que isso vai dar na realidade social do Paraná, no ambiente educacional: 40 mil estudantes! Só da Escola de Campo, que Vossa Excelência cita: 3 mil alunos. Se você contar o convênio que mantém professor na média de R\$140,00, R\$200,00, baratíssimo o custo aluno/professor gira em torno de R\$0,17. Enquanto que o custo mais barato de professor, que é da Comunidade Solidária, é de R\$0,30. Vocês vejam, é um custo baixíssimo! Vai dar desemprego a esses professores! Evidentemente que muitos deles, vão, voluntaria-

mente, continuar e já estão até trabalhando voluntariamente.

Vai dar falta de aula para 40 mil alunos no Estado do Paraná, que o Estado não tem condições de ter presença com seus agentes públicos. Vai dar um problema social imensurável. O Estado do Paraná, que se propõe a ser vanguarda na educação, com transformações como PROEM, não está implementando. Que se propõe ser vanguarda, com correção de fluxo: está passando aluno sem ter conhecimento escolar.

O Estado do Paraná está deixando uma parcela importante, que é a educação indígena, a educação de jovens e adultos, educação diferenciada, que é a Escola de Campo, deixando de lado por um ínfimo valor em economia.

Até quero aproveitar este aparte que Vossa Excelência concede, para dizer que amanhã, às 10 horas, estaremos nos reunindo na Comissão de Educação, na Sala das Comissões, onde iremos apresentar uma pauta de discussões, onde entre elas, inclui as ONG's que trabalham com educação, e pouca gente tem conhecimento da importância que é para a realidade social do Paraná e já foi enviada uma convocação para todos os membros e suplentes, para que participem e aliás, até estendendo um convite para que as demais Comissões também procedam reuniões periódicas para que possam tratar de assunto de tamanha relevância.

E, no mês de agosto, Deputado Pessuti, no dia 11 - numa quarta-feira - estaremos trazendo para cá essas ONG's que trabalham com educação. As ONG's dão exemplo para o Brasil, de como se produz uma educação de qualidade e barata. O Governo do Paraná, o Governo Jaime Lerner, não pode deixar isso acontecer no Estado do Paraná. A vergonha de não renovar um convênio tão barato e tão eficaz como este!

Parabéns pela oportunidade do vosso pronunciamento.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço ao Deputado Irineu Colombo pelo aparte que me faz, e faço um apelo especial ao Deputado Caíto Quintana, ao Deputado Ademar Traiano, já que a Casa Familiar Rural teve origem no Município de Barracão, município que ambos tão bem têm representado nesta Assembléia ao longo destes anos todos e, que eles, Deputado Traiano, na condição de integrante do Bloco do Governo, Deputado Caíto Quintana, integrante da Mesa Executiva da Casa, que possam fazer junto a Secretaria da Educação, junto a Secretaria da Agricultura, junto ao Tribunal de Contas, que parece também estar envolvido no oferecimento de um parecer a esse convênio, que possam ajudar, porque afinal de con-

tas, são 39 casas familiares rurais existentes no Paraná.

São 55 monitores de nível superior, há anos usou tecnistas veterinários que estão sem receber, são 22 técnicos em agropecuária, são 54 cozinheiros e secretárias, são 3 coordenadores regionais e são 3 secretárias e pessoal da área de Departamento Pessoal, que estão no aguardo de uma solução para esse convênio, da Secretaria de Educação com a Associação das Casas Familiares Rurais da Região Sul, para que possa ter continuidade este trabalho maravilhoso, na minha opinião, que se presta a nível da escola do campo, Casas Familiares Rurais, que é uma modalidade de ensino, onde efetivamente o aluno tem condições de, durante o período do aprendizado pela sistemática que se utiliza, ir já de imediato repassando o seu aprendizado e a tecnologia adquirida aos seus familiares, já que permanece por uma semana na escola e por duas semanas permanece no recinto do seu lar.

Concedo um aparte ao Deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano

Deputado Pessuti, é oportuno o seu pronunciamento e conheço muito bem de perto essa realidade da Casa Familiar Rural, hoje Casa do Campo, até porque nos idos de 1986, quando Prefeito da minha cidade, fui o pioneiro em trazer para o Paraná um projeto "piloto" das casas familiares rurais e, na seqüência, na companhia de Santo Antonio do Sudoeste, o então Prefeito de Barracão, hoje Secretário da Agricultura, Poloni, também se somou a este projeto e fomos na cidade, numa pequena comunidade, chamada Riacho das Almas, no interior de Pernambuco, no interior de Caruaru, conhecer o primeiro projeto de Casas Familiares Rurais, implantado lá no Estado de Pernambuco, primeiro projeto implantado no Brasil.

A partir daí, a idéia prosperou e diversas Casas Familiares Rurais foram instaladas no Sudoeste, em todo o Estado, criou-se uma associação a nível de Região Sul. O atual Secretário, Antonio Leonel Poloni abraçou a idéia, foi à França, desenvolveu estudos neste sentido e hoje, realmente, estamos percebendo esta dificuldade que vem enfrentando as Casas Familiares Rurais.

Ainda neste final de semana, lá na minha cidade, em Francisco Beltrão, recebi uma comitiva, no sentido de encontrar uma solução para este impasse, e quer informar que hoje, às 5 horas da tarde, a Associação ALCA FAR estará reunida com o Secretário Poloni para tentar uma solução definitiva a este impasse. O convênio está no CRAF para sua apreciação e espero que possamos ter essa solução em definitivo, quem sabe, no dia de hoje.

Acho que é oportuno o seu pronunciamento, me somo a ele, e tenho a certeza que vamos nos empenhar no sentido de viabilizar, definitivamente, esse, que é um Projeto da maior importância para o homem do campo e de uma forma especial para o nosso pequeno agricultor do interior do Paraná.

Muito obrigado pelo aparte, parabéns a V.Exa.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço ao Deputado Ademar Traiano pelo aparte que nos oferece e realmente, Deputado Traiano, sabemos da luta de V.Exa. na implantação das Casas Familiares Rurais, em especial da Casa Familiar Rural de Barracão, onde tudo começou. E por essa razão é que nós conclamamos o trabalho de V.Exa. pelo apoio que tem a idéia e pela posição que ocupa, nesta Casa, de Líder da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro e um dos líderes, evidentemente, da Bancada Governista.

Peço, ainda, ao nosso Presidente Nelson Justus, mais um minuto para que eu possa concluir o meu pronunciamento.

“Prefeitos cobram de Lerner trezentos milhões, atrasados”.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, certamente, voltaremos a esta tribuna amanhã, com mais tempo, para analisar essa questão, certamente, outros Parlamentares aqui comparecerão.

Mas, é a segunda vez que um valoroso árabe comparece aos jornais para denunciar o estelionato eleitoral do ano passado. O primeiro foi o Deputado Anibal Khury dizendo do rebaixamento, da redução das tarifas do pedágio para que as eleições não se perdesse. E agora é um outro valoroso árabe, o barbudo, Samis Saab, que diz: “Os recursos se referem a convênio assinados em julho e agosto do ano passado - julho e agosto do ano passado, veja a época - durante a campanha eleitoral”. Então, é o segundo árabe, peso pesado, que comparece aos jornais para confirmar tudo aquilo que nós estamos dizendo há muito tempo: firmou-se convênios, não se pagou. E vem agora o Secretário Gionédís e diz apenas o seguinte: não tem dinheiro, não há dinheiro. Quer dizer, mas na hora de assinar o convênio, na véspera da eleição, para que disso se tirasse o proveito eleitoral, que é agora denunciado pelo Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, Same Saab, nessa hora o discurso não era esse de que não tinha dinheiro.

Voltaremos ao assunto...

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Orlando Pessuti, permite-me um aparte?

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente?

Concordo com aparte de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Entendo, Deputado Orlando Pessuti, o seu posicionamento, V.Exa. é Oposição, tem que fazer o discurso, tem que fazer as cobranças e é natural num momento de crise que as cobranças de V.Exa. tenham mais cobranças neste momento; que é, evidente, é claro que nós estamos passando no Paraná e no Brasil por uma situação difícilíssima. Isso não é propriedade do Governo do Estado as dificuldades do Paraná, é Santa Catarina, é Rio Grande do Sul, são todos os Estados brasileiros. Agora, quero dizer a V.Exa., com todo o respeito que tenho pelo Deputado Orlando Pessuti, que sei que é um grande Parlamentar, tem demonstrado aqui nesta Casa, é um Parlamentar que, sem sombra de dúvidas, tem uma experiência que serve como professor, como Parlamentar. Agora, Deputado Orlando Pessuti, V.Exa. quando exerce a Liderança do PMDB, falar em estelionato eleitoral para mim, quero dizer que continuo respeitando V.Exa., mas para quem fabricou Ferreirinha, não pode nunca vir aqui falar em estelionato eleitoral. O senhor compreenda a minha posição, mas, com todo o respeito que tenho, V.Exa. tenha cuidado em falar em estelionato eleitoral, senão começamos aqui a recordar do Ferreirinha e aí fica muito difícil ouvir o seu pronunciamento.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Primeiro, Deputado Valdir Rossoni - Deputado Nelson Justus, já concluo.

Primeiro, é bom que se deixe bem claro para aqueles que estão aqui entenderem, em nenhum momento, viemos aqui fazer qualquer discurso a esse respeito, viemos aqui apenas para lembrar aquilo que afirmou o Presidente da Assembléia Legislativa, o Deputado Anibal Khury, dizendo que se não fosse rebaixada a tarifa de pedágio, perderia a eleição. Não foi o Pessuti quem disse isso, Deputado Rossoni, foi o Presidente da Casa, Deputado Anibal Khury. E, agora de novo, em um minuto reprisei aqui não o que disse o Pessuti mas o Presidente da Associação dos 399 Municípios do Paraná, Prefeito Same Saab, dizendo que os convênios foram assinados na época da campanha eleitoral, em Agosto, Julho do ano passado e que agora, o Governo que tinha prometido na campanha eleitoral, quando assinou o convênio, estes recursos, está dando um calote e deixando os Prefeitos numa situação terrível, porque agora que eles precisam destas obras para poder, quem sabe, encarar uma reeleição, o Governo foge.

Com referência à cutucada que deu V.Exa. na questão do Ferreirinha, devo dizer que também não fomos nós quem inventamos aquilo. Já dissemos diversas vezes que o Ferreirinha, o Baiano da Foice que foi para a televisão dizer tudo aquilo, se não são os verdadeiros como insinua V.Exa., a história é verdadeira. Cansei de assistir filme de Buffalo Bill em que o ator que interpretava o Buffalo Bill não era ele próprio. E, dizer mais ainda, que neste caso do Ferreirinha, o processo tramitou aqui pelo Paraná e em Brasília foi arquivado porque nenhum amparo jurídico e de crime eleitoral naquilo se encontrou.

Então, aquilo que V.Exa. tenta atribuir a nós como estelionato eleitoral, foi entendido pelo Tribunal Superior Eleitoral como uma coisa que não tinha nenhum sentido. O processo que impetraram contra o nosso partido deveria ser arquivado. Portanto, não sou eu que estou dizendo que houve estelionato eleitoral, não sou eu que estou dizendo que houve aproveitamento de situações para se ganhar eleição. Quem disse foi o Presidente Aníbal Khury na questão do pedágio e agora o prefeito Same Saab na questão dos convênios.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa anuncia com satisfação a pedido do Secretário Augustinho Zucchi, a presença de Orlando de Jesus, Presidente da Fundação Social do Trabalhador de Pato Branco como também do Presidente do PCdoB de Pato Branco, Senhora Elza Luíza. Também anunciamos a presença de José Antônio Andrade, Secretário da Agricultura de Rebouças, Vanderley Cabral Secretário da Saúde de Rebouças e Paulo Roberto Benechuk, Secretário da Administração de Rebouças.

A todos os nossos convidados, sejam bem-vindos!

Ainda no Horário das Lideranças. Com a palavra o PT, PFL, PSB, PPB, PTB e PSC.

(**Declinam**)

Com a palavra, pelo PL, o Deputado Edno Guimarães.

O SR. EDNO GUIMARÃES

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vimos aqui hoje a esta tribuna, trazer ao conhecimento desta Casa da situação que vive o Noroeste do Estado do Paraná. Estamos bastante preocupados com a situação e outras Regiões também. Mas, o Noroeste do Paraná tem sido escolhido como a região onde os invasores de terra tomam conta e caminham rumo ao centro e outra região do Estado do Paraná. E nada é feito!

Na Região de Icaraíma temos algumas fazendas invadidas recentemente. Há um temor muito grande na Região, tanto no Município de Icaraíma

como nos Municípios vizinhos que eu e outros Deputados temos o prazer de representar. Temos lá o Município de Ivaipé, Vila Alta e outros mais e o Município de Icaraíma mais precisamente foi invadido estes dias. Duas fazendas produtivas, fazendas colonizadas, mecanizadas, com áreas plantadas de milho, soja e outras culturas mais daquela região propícia para este tipo de produção. E lá estão os invasores e o mais interessante é que nem todos eles, ou esse grupo que está na Fazenda Monte Azul não é nem ligado ao MST, Movimento dos Sem Terras.

É uma preocupação muito grande porque as terras estão se desvalorizando, os proprietários estão se aborrecendo e vendendo por qualquer custo. Há uma preocupação, Senhor Presidente, Senhores Deputados, se o Governo não tomar medidas duras nós temos certeza que vamos caminhando para o caos na região Noroeste do Estado do Paraná.

Essa é uma das preocupações nossa que representamos a região Noroeste do Estado do Paraná e queremos cobrar das autoridades competentes uma atuação mais precisa, rápida e urgente para que volte a tranquilidade e o progresso na região Noroeste do Estado do Paraná.

Também uma outra preocupação nossa, muito grande, é de uma estrada chamada Estrada Boiadeira. Muitos Deputados conhecem e já falamos, tantas vezes, nesta rodovia que liga Campo Mourão a Cruzeiro do Oeste. É uma rodovia federal, pertencem as obras ao Governo Federal mas é uma rodovia que já serve ao Paraná desde 1906. Muito políticos, muitos candidatos ao Governo do Estado, fizeram seus pronunciamentos, muitos foram eleitos e até hoje já foi gasto lá, triplicando vezes dez o que foi gasto, daria para fazer a estrada. Há alguns meses começaram a estrada, fizeram terraplanagem e o solo e a estrada está sendo, mais uma vez abandonada, o maquinário saindo da estrada, deixando o povo numa região intransitável. E é uma região rica que está entre os municípios de Tuneiras, Araruna, Campo Mourão, Cruzeiro do Oeste e também Tapejara.

Queremos comunicar às autoridades, através desta Casa de Leis, meu caro Presidente, Nelson Justus, nós queremos pedir a intercessão e a ajuda para que nós terminemos esta rodovia, que desde 1906, estamos chegando no ano 2.000, findando-se este século e a estrada ainda está por fazer.

Outra coisa, fazem um trecho, quando está sendo pavimentado dizem que falta recursos e param as obras, só o prejuízo é muito maior.

Ainda hoje procuramos falar com o DNER, disseram que tem agora 10 milhões para ser liberado, mas sabe-se lá, Deus, será liberada alguma parcela para terminar esta rodovia que é o sonho da

região produtora dos municípios de Cruzeiro do Oeste, Tuneiras, Tapejara, Campo Mourão, a região Noroeste do Paraná.

Concedo o aparte ao Deputado Divanir Braz Palma.

O Sr. Divanir Braz Palma

Queria também, Deputado Edno Guimarães, fazer coro a esta sua reclamação, a esta notícia, que não é nada alvissareira, trazida aqui na nossa Assembléia, sobre estas questões que estão realmente agora preocupando mais ainda a nossa gente da região Noroeste.

Primeiro as invasões lá em Icaraíma, uma região até pouco tempo tranqüila, calma onde os produtores trabalham com as suas famílias, produzem e ainda não tinham sentido o desgosto de ver suas propriedades invadidas. Temos feito, a Bancada Ruralista está trabalhando com o Governador, com as autoridades constituídas, no sentido de começarmos a cumprir os mandados de reintegração de posse. mas até agora vimos um desempenho do Governo um tanto quanto pálido. Começou a operação desarmamento, mas se tem notícia que se pegou lá uma meia dúzia de espingardas e a coisa parou por aí.

Mas, companheiro Edno Guimarães, precisamos de uma ação vigorosa do Governador, no sentido de que desocupem essas propriedades que estão aí com os mandados de reintegração já determinados pela justiça. Por que, o que que acontece? Aquelas famílias que entram nas Fazendas produtivas da região de Querência do Norte, naquelas costas do Paranaíba, normalmente são famílias que têm parentes nessa região toda: Caráiba, Pérola, enfim no Paraná todo. O que que acontece? Vai visitar os amigos, parentes e diz: olha, já estou com um pedaço de terra lá e estou me virando. Isso estimula as invasões, porque o Paraná hoje, é o 1º Estado da Nação em invasores de terra. Nós temos problemas em outras áreas, Mato Grosso está tendo problemas agora, Pernambuco, Bahia, mas o Paraná é campeão. Por que? Está havendo um espaço, uma ausência de autoridade no momento, que estimula as invasões.

E nosso apelo, Senhor Presidente, o nosso Governador precisa agir urgentemente para desocupações desse propriedades, porque a intimidação a esses que estão querendo entrar, somente acontecerá com essas atitudes concretas, práticas de que realmente não se pode invadir Fazendas produtivas.

Com relação a estrada boiadeira, Vossa Excelência colocou bem a importância desse trecho de 40 quilômetros que faz a ligação de Campo Mourão a Cruzeiro do Oeste.

Na próxima sexta-feira estaremos lá às 10 horas, participando deste ato de que o nosso povo, a única coisa que eles têm a fazer é fechar a rodovia. Não tem mais o que fazer, vários Governadores foram lá. Inclusive acompanhei o Governador Jaime Lerner em campanhas, pedindo voto lá e dizendo que íamos fazer a estrada. Estou até com vergonha de ir lá e não sei o que vou falar para eles, o que vou dizer? Entra Governo, sai Governo, sempre bem votados lá na região de Tuneiras, Tapejara, Campo Mourão, Cianorte que é a terra de Vossa Excelência, e os Governadores vão embora e nada acontece. Faz um pouco, para, depois vem a erosão, acaba com aquela parte feita e assim vai.

Então, só queria dizer que compartilho com a sua preocupação lá na região Noroeste, e precisamos dessa atenção do Governo para esses dois grandes problemas.

Obrigado pelo aparte.

O SR. EDNO GUIMARÃES

Obrigado Deputado Divanir Braz Palma pela ajuda que nos deu, como conhecedor que é da região e também proprietário de propriedades no Município de Tuneiras, Itapejara. É muito bom que nos ajude porque de fato nós estamos aflitos naquela Região. Sexta-feira os Prefeitos daquela Região se organizaram e vão fazer um manifesto na Rodovia que liga Umarama a Cianorte, Maringá, para que possamos mostrar ao Paraná a necessidade que temos de terminar essa rodovia que em 1959 - era ainda rapaz novo, "como sou até hoje", transitei por ela, e era uma rodovia, meus caros Deputados, muito melhor do que hoje.

Então, é uma preocupação muito grande. Quantos anos se passaram, quantas vezes já foi falado na imprensa, na televisão, mostrando a rodovia já até pronta e até hoje nada aconteceu.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Edno Guimarães, a situação do Líder do Governo aqui, ela é um pouco delicada. Mas tenho por costume na vida, levar as coisas a sério e sempre procurar ter argumentos dentro de uma realidade em que vivemos. Concordo com Vossa Excelência quando fala da Estrada Boiadeira, não conheço a Estrada, mas já ouvi falar muitas vezes. Ela deve ter algum problema lá que isso não acontece. Hoje naturalmente não está acontecendo e assumimos publicamente no aparte que fizemos, estamos passando por dificuldades financeiras. Ninguém faz sair leite de pedra, ninguém fabrica dinheiro, ninguém faz dinheiro. Não é a vontade do Governador Jaime Lerner paralisar obras, a vontade do Governador Jaime Lerner é estar inaugurando todas as obras que estão paradas.

Então assumimos essa responsabilidade, tenho certeza que a sua vontade de que essa estrada se realize é para o desenvolvimento daquela região. Mas quero entrar um pouquinho e não tenho me apegado muito a questão da discussão da Reforma Agrária, a questão das invasões. O grande problema da Reforma Agrária hoje, ela está sendo tratada de uma forma e com pessoas que não sabem o que é ter uma propriedade. Nem o Presidente da República tem conhecimento do que é ser pequeno agricultor. Tenho certeza absoluta que nem o Ministro da Reforma Agrária tem conhecimento do que é ser um pequeno agricultor. Olha! Quero dizer que 99% dos políticos, que não é o caso de Vossas Excelências falam de reforma Agrária da "boca para fora", mas também não sabem o que é tirar o sustento de um pedacinho de terra. Vejo na Região Sul do Estado, pessoas organizando invasões, invasões em terras que digo os Senhores que se me derem de presente prefiro um emprego na indústria ou na cidade.

Então acredito que essa questão da Reforma Agrária, estão transformando essas pessoas humildes, simples, numa indústria, estamos sem sombra de dúvida, tratando essa questão com irresponsabilidade dos dois lados. Primeiro na organização; segundo pelas pessoas que estão tratando da Reforma Agrária. É claro que quando coloco isso aqui, é de uma forma difícil de colocar, porque ela é muito pesada. Mas o que me preocupa muito, o que atrapalha muito a Reforma Agrária no Brasil, sem sombra de dúvida, é a participação dos políticos que nunca plantaram um pé de feijão, nunca plantaram um pé de milho e querem dar lição de Reforma Agrária.

Então o Brasil não encontrou o caminho da Reforma Agrária, não encontrou respeito a Reforma Agrária. Trata essa questão como uma questão meramente política, quando ela tem outras questões que têm que ser consideradas, não somente organizar invasões e desrespeitar o direito de propriedade.

Agradeço o aparte e me somo a sua preocupação quanto a questão da Estrada Boiadeira.

O Edgar Bueno

Quero cumprimentar Vossa Excelência pelo excelente tema que traz no dia de hoje. Acho muito importante e o Deputado Valdir Rossoni também coloca com referência a Reforma Agrária. E contribuo dizendo o seguinte: Não estamos conseguindo segurar o pequeno, o mini produtor rural no campo, o proprietário. Ele está vendendo, coloca à venda porque o fruto do seu trabalho não dá para o sustento da sua família.

Então temos que repensar a Reforma Agrária, temos que criar esse mecanismo para dar oportunidade para que o pequeno agricultor, através da

diversificação da sua produção possa ter ganho suficiente para ter qualidade de vida a sua família e estímulo para permanecer na terra. Então esse é o caminho que precisa ser trilhado. Outra questão é a falta de autoridade do Governo do Estado. Todos os senhores sabem, a base do Governo está percebendo isso. Vejo aqui a concordância do Deputado Braz Palma, que o Governo do Estado simplesmente não toma posição. O Governo do Estado está vendo o que está acontecendo. Quer dizer todos estão pedindo uma providência e o Governo do Estado não tem coragem para tomar essa providência.

Com referência ao outro assunto da Estrada Boiadeira.

A Estrada Boiadeira é aquela do Deputado Nelson Tureck? Porque ouvi seis pronunciamentos falando da Estrada Boiadeira. E o último pronunciamento do Deputado Nelson Tureck ele estava agradecendo o Governador Jaime Lerner por ter construído a Estrada Boiadeira. Se é essa que o Sr. está lembrando foi muito bom lembrar os pronunciamentos de um ex-colega.

Deputado, pegue essa bandeira, porque sei da importância da Estrada Boiadeira para o desenvolvimento daquela Região. Muito obrigado!

O SR. EDNO GUIMARÃES

Muito obrigado pelos apartes.

A Estrada Boiadeira é um estrada federal. Os recursos que se aguardam para terminar essa rodovia é do Governo Central. Está dentro do Orçamento da União dez milhões de reais, mas não se libera esse dinheiro nunca.

Quanto a reforma agrária somos favoráveis a reforma agrária descentralizada. Sou criado na lavoura. A única coisa que sei fazer é plantar. Por isso que viemos aqui trazer a nossa preocupação.

Quero citar um exemplo para os Srs. Deputados o que aconteceu conosco dias atrás. Visitando a cidade de Santa Cruz do Monte Castelo, passando em uma Vila Rural paramos em uma residência para pedir uma informação, conversando um pouco nessa vila, aquelas duas famílias que nos atenderam disseram que na vila vai bem, só que eles estavam indo para Icaraíma. Perguntei: Fazer o que lá? Eles responderam: Vamos acompanhar um grupo de pessoas lá que vão invadir umas fazendas e a terra é muito boa e estamos deixando a Vila Rural.

Vejam, Senhores Deputados, aonde se chega quando não se toma providência e vai se agravando cada vez mais.

Essa é a grande preocupação, principalmente na nossa região. O Deputado Divanir Braz Palma nos ajudou e é conhecedor das causas daquela região.

Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, emenda ao Projeto de Lei nº 043/99, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, com apoioamento dos Senhores Deputados Ademir Bier, Waldyr Pugliesi, Hermes Fonseca e Edson Strapasson, constante do expediente. **Não recebida conforme Art. 188 do Regimento Interno.**

Ofício nº 037/99/GL-PSDB, subscrito pelo Senhor Deputado José Maria Ferreira constante do expediente, solicitando da Mesa Executiva desta Casa de Leis, que interceda junto a Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para que envie relatório de análises, contendo o Balanço do Poder Executivo, referente ao exercício de 1997. **À Comissão Executiva.**

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 04 (quatro) de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 043/99, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 006/99, que dispõe sobre a isenção da contribuição previdenciária de servidores e pensionistas estaduais para os Fundos de natureza previdenciária instituídos pela Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, e dá outras providências.

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 043/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os Servidores Públicos e Militares do Estado, inativos, bem como os pensionistas estaduais, que contem com mais de 70 (setenta) anos de idade e auferiram proventos ou pensão até R\$300,00 (trezentos reais), ficam isentos da Contribuição Previdenciária para os Fundos de Natureza Previdenciária de que trata a Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.

Art. 2º - Também ficam isentos da contribuição de que trata o artigo primeiro, os Servidores Públicos e Militares do Estado inativados por invalidez permanente bem como os dependentes de Servidores e Militares, que recebam pensão previdenciária em decorrência de invalidez permanente.

Art. 3º - Os dispositivos adiante referidos, da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, passam a ter a seguinte redação:

Inciso II, do art. 7º:

“II - homologar, para o fim de conferir-lhes, os atos referidos nas alíneas b, d, e, g, h, i, j, k, l, da inciso I do Art. 12, e os demais previstos em outros dispositivos desta lei;”

§ 5º, do Art. 10:

“§ 5º - Os demais Conselheiros serão assim indicados:

a) 1 (um) efetivo, pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

b) 1 (um) efetivo, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;

c) 1 (um) efetivo, pelo Ministério Público; e

d) 1 (um) efetivo, pela Associação dos Fundos de Pensão do Paraná.”

Art. 19:

“Art. 19 - Ao Diretor de Serviços Médico-Hospitalares competem as ações relativas aos serviços médicos, hospitalares e complementares, de que trata esta lei, inclusive quando prestados por ter-

ceiros e o acompanhamento e controle da execução dos Planos de Serviços Médico-Hospitalares e do respectivo Plano de Custeio Atuarial.”

Inciso II, do Art. 28:

“II - pelas doações efetivadas pelo Estado e destinadas especificamente a cada um dos Fundos;”

Art. 34:

“Art. 34 - Serão obrigatoriamente inscritos no PARANAPREVIDÊNCIA os servidores públicos esta-duais ativos, com vínculo funcional permanente de todos os Poderes, inclusive os membros do Poder Judiciário, o Ministério Público, o Tribunal de Contas e as Instituições de Ensino Superior, bem como das respectivas administrações públicas, direta, autárquica e fundacional, os servidores inativos e os militares estaduais da ativa, na reserva remunerada e os reformados.”

§ 1º, do art. 34:

“§ 1º - Enquadram-se no conjunto de servidores públicos, abrangidos pelo *caput* deste artigo, aqueles que se encontrem à disposição, cedidos ou em disponibilidade e os serventuários da Justiça remunerados pelos cofres públicos, bem como os não remunerados, admitidos anteriormente a vigência da Lei Federal nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.”

§ 2º, do art. 40:

“§ 2º - Quanto aos agentes públicos de que tratam os art. 73 e 75, será observado o disposto no *caput* e no § 1º deste artigo, e o prescrito nos convênios a que se refere aquele primeiro dispositivo citado.”

§ 4º, do art. 42:

“§ 4º - Não será computado o tempo de coabitação simultânea, mesmo em tetos distintos, entre o segurado e mais de uma pessoa.”

Art. 43 -:

“Art. 43 - A perda da condição de segurado, dependente ou pensionista dar-se-á nos casos previstos no art. 40, e respectivos incisos e parágrafos”.

§ 1º, do art. 50, passando a constituir-se parágrafo único:

“Parágrafo Único - Os requisitos de idade e de tempo de contribuição previstos neste artigo serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.”

§§ 6º, 7º, 11, 12, e 13, do art. 60:

“§ 6º - Se o segurado for viúvo, ou se o cônjuge ou convivente não tiver direito à pensão, o benefício a ser pago aos filhos ou outros depen-

dententes a estes equiparados, nos termos do inciso II e § 1º, do art. 42, antes da divisão a que alude a Segunda parte do § 4º deste artigo, será acrescida da cota familiar de 35% (trinta e cinco por cento), calculada com base no valor global do benefício.”

“§ 7º - Inexistindo os dependentes de que trata os incisos I e II do art. 42, o benefício poderá ser pago, após o abatimento da cota familiar de 35% (trinta e cinco por cento), em partes iguais, aos dependentes inscritos pelo segurado, conforme §§ 5º a 8º do art. 42.”

“§ 11 - Se o ex-côjuge ou ex-convivente do segurado for credor de alimentos, sua participação na pensão previdenciária levará em conta o respectivo valor dos alimentos que receberia do servidor.”

“§ 12 - No caso do parágrafo anterior, o valor do benefício será calculado mediante o abatimento do valor dos alimentos sobre o valor da pensão, dividindo-se o valor remanescente com observância do que dispõe o *caput* e os §§ 3º a 6º deste artigo, caso em que a cota familiar será calculada sobre o valor remanescente.”

“§ 13 - Caso não haja outros dependentes, o valor remanescente de que trata o § 12 será cancelado.”

Art. 73, *caput* e § 1:

“Art. 73 - A PARANAPREVIDÊNCIA poderá celebrar convênio com todos os Poderes, inclusive o Ministério Público do Estado e o Tribunal de Contas do Estado, tendo por objetivo assegurar aos titulares de cargos em comissão, os benefícios previdenciários de que trata esta Seção.”

“§ 1º - Os titulares de cargo em comissão, farão jus, no curso de ocupação do cargo comissionado, ao benefício de aposentadoria por invalidez permanente, nas mesmas condições previstas nos arts. 45 a 48, ressalvando-se que a proporcionalidade será calculada sobre o tempo de ocupação de cargo comissionado, conforme disposto no respectivo convênio; e os dependentes terão direito à pensão por morte, se o falecimento se der durante o período da ocupação do cargo, ou, ainda, na situação, do agente, como inativo ou inválido.”

Art. 79:

“Art. 79 - Os segurados ativos, inativos e os pensionistas contribuirão, mensal e obrigatoriamente, para o Fundo de Serviços Médicos-Hospitalares, com percentual de 2% (dois por cento) sobre o total de sua remuneração, subsídios, proventos e pensão.”

§ 4º, do art. 82:

“§ 4º - Enquanto não efetivado o encaminhamento a que se refere o parágrafo anterior, a

PARANAPREVIDÊNCIA não estará obrigada a efetivar o pagamento dos benefícios correspondentes.”

Art. 84:

“Art. 84 - A contribuição mensal do Estado para o Fundo de Serviços Médico-Hospitalares consistirá no percentual de 2% (dois por cento) dos valores creditados em folha de pagamento do total das remunerações, proventos e pensões dos servidores ativos, inativos, dos militares da ativa, da reserva remunerada ou reformados e pensionistas.”

§ 3º do art. 86:

“§ 3º - Sob pena de incidir em infração administrativa, a medida prevista no parágrafo anterior deverá ser tomada de forma compulsória pelo Diretor-Presidente da PARANAPREVIDÊNCIA, até 10 (dez) dias após a constatação da ausência de recolhimento.”

§ 2º do art. 102:

“§ 2º - No caso do parágrafo anterior, o patrimônio da PARANAPREVIDÊNCIA deverá ficar vinculado às finalidades afetas à previdência e aos serviços médico-hospitalares dos servidores, militares, seus dependentes e pensionistas estaduais.”

Art. 110:

“Art. 110 - O Estado do Paraná deverá figurar como litisconsorte e assistente em todos os processos judiciais em que a PARANAPREVIDÊNCIA for parte no pólo passivo, e que digam respeito a benefícios previdenciários ou a serviços médico-hospitalares.” e

Inciso IV, do Art. 112:

“IV - por invalidez, independentemente do tempo de contribuição, com proventos proporcionais ao tempo de serviço do segurado, salvo quando decorrer de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, avaliadas pela junta médica, hipóteses em que os proventos serão integrais.”

Art. 4º - As referências “Secretário Especial para Assuntos de Previdência” feitas pela Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998 ou por outros atos que vierem a ser editados, serão automaticamente substituída por “Secretária de Estado da Administração”, caso venham ser extintas as funções do referido Secretário Especial.

Art. 5º - Ficam expressamente revogadas as Leis nºs 4.339, de 8 de fevereiro de 1961, 4.766, de 13 de novembro de 1963, 4.975, de 02 de dezembro de 1964, 10.464, de 05 de outubro de 1993, 10.219, de 21 de dezembro de 1992, os Arts. 38 a 145 e 248 da Lei

nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 e o Art. 6º, da Lei nº 1.714, de 07 de maio de 1997.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.04.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Sobre o mesmo assunto há uma emenda do Deputado Orlando Pessuti, que pretende dar nova redação ao artigo 2º.

Infelizmente, Deputado Pessuti, a Mesa, deixa de acatar a emenda de Vossa Excelência, conforme o artigo nº 188, da Redação Final que diz - Só caberão Emendas a Redação Final para evitar incorreção de linguagem, in-coerência notória, contradição evidente ou absurdo manifesto.

Não é o caso da Emenda de Vossa Excelência.

Em votação, Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os Senhores Deputados que aprovam queiram levantar-se.

Vinte e dois Deputados aprovam. Oito Deputados rejeitam.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Peço que Vossa Excelência registre o voto contrário da Bancada do PMDB, PT, Deputado Edgar Bueno do PDT e do Deputado José Maria Ferreira do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente e devidamente anotado.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL do Projeto de Lei nº 045/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Amigos da Vila Rubim- Assavir, com sede e foro no Município de Cambará, Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 09, de 02.03.99)**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL do Projeto de Lei nº 048/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública, a Associação dos Produtores Rurais de Leonardos, com sede e foro no Município de Reserva. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 09, de 02.03.99)**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL do Projeto de Lei nº 072/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública, a Associação Comunitária da Vila os Oficinas Laranjeiras. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 15, de 16.03.99)**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL do Projeto de Lei nº 75/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Professor Newton Carneiro Affonso da Costa. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 15, de 16.03.99)**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 149/99, de autoria do Deputado Edno Guimarães que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância do Município de Tapejara. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 152/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Solar- ASSOLAR, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 159/99 de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro no Município de Ivaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 160/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Cristo Rei no Município de Ivaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 161/99 de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública o Albergue Noturno Nosso Lar, com sede e foro no Município de Loanda. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 164/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Apoio ao Programa de Educação Respiratória Gaper, com sede e foro no Município de Paranaguá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 652, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, com apoio do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. PÉRICLES MELLO (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, ontem me pronunciei da tribuna desta Casa sobre a questão do pedágio, esclarecendo que no Balanço da Rodonorte, concessionária -lote 5, para um faturamento de 120 bilhões de reais, cento e cinco milhões foram repassados para uma outra empresa chamada VIAPAR, num claro maquiamento, digamos assim, do balanço da empresa, conferindo aquilo que dissemos.

Trata-se de uma simples intermediária do dinheiro público, uma espécie de empresa fantasma, porque arrecada cento e vinte milhões durante o ano e repassa para a outra empresa, cento e cinco. Por que?

Para esconder o balanço e as falcatruas que por certo aconteceram, já que mostramos fartamente, dados da proposta comercial da empresa concessionária, um superfaturamento de até 300% se compararmos aos dados da tabela do DER.

Portanto, Senhor Presidente, e Senhores Deputados, o que estamos pedindo é do mais alto e relevante interesse público. E baseado na Constituição Brasileira no Art. 5º dos Direitos dos Cidadãos e no Art. 37 - da Administração Pública, pedimos aos Deputados da Situação que aprovam este requerimento. Caso, contrário, vamos entrar mais uma vez na Justiça e vamos requerer à Justiça do Paraná que faça valer a Constituição. Entendemos uma rejeição deste requerimento como um atentado contra os direitos do povo paranaense. E não achamos que os Deputados venham aqui se prestar a esse papel que julgamos indigno.

Portanto, pedimos, que os Senhores Deputados aprovem por unanimidade o nosso requerimento, para que possamos exercer nosso papel de mandatários do interesse coletivo e possamos fiscalizar, em profundidade, o que acontece nas rodovias paranaenses. Principalmente no momento em que o Estado acena com aumento de até 70% do valor do pedágio.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, não tive o privilégio de ouvir o pronunciamento do Deputado Péricles na tarde de ontem. Mas me somo a Vossa Excelência neste Pedido de Informações, já que, nesta Casa, temos defendido há bastante tempo, a proposta de instalação de uma Comissão de Inquérito. Infelizmente até o momento não logramos o êxito esperado na conquista das 18 assinaturas necessárias. E vejo que essas informações que estão sendo pedidas pelo Deputado Péricles, a exemplo de outras informações até agora não respondidas, são necessárias para que a gente faça um juízo completo dessa questão da concessão de rodovias.

Lembro-me, Deputado Péricles, que quando Vossa Excelência e o Waldyr Pugliesi, lá no Plenário da Assembléia, questionavam os valores que as empreiteiras, que as concessionárias estavam gastando na implementação das praças de pedágio e outras obras, me lembro que o Secretário Heinz dizia que isso não tinha nenhuma importância porque não interessava ao Governo do Estado saber quanto que elas estavam gastando e que isso era problema das concessionárias. Que isso não ia influir no preço da tarifa, porque o preço da tarifa era definido em cima de uma planilha.

Pois bem, hoje no Jornal Gazeta do povo na folha 07, está aqui: "Comissão do Pedágio deve sugerir reajuste nas tarifas de até 100%". E aqui num dos parágrafos dessa entrevista diz assim: "Os investimentos na recuperação das rodovias foram de 280 milhões, com uma arrecadação mensal de 13 milhões, elas, as empreiteiras, afirmam que precisariam esperar cerca de 18 anos para recuperar os investimentos iniciais".

Bom, se as empreiteiras estão preocupadas com os 18 anos que vão ter que esperar para recuperar os investimentos iniciais, então, procede, a argumentação do Deputado Waldyr Pugliesi, que foi um tremendo absurdo pagar-se 524 mil por um terreno de 30 mil metros quadrados para construir a praça de pedágio em Arapongas. É lógico que o empresário, que o empreiteiro, o concessionário ao gastar esses 524 mil reais, ao gastar 4 milhões, 5 milhões, 7 milhões numa praça de pedágio ele comprometeu seu capital de giro, comprometeu seu recurso próprio e agora quer retirar isso de um jeito ou de outro e o mais rápido possível. E a forma que eles estão encontrando é justamente aumentar o preço da tarifa. Por isso tinham razão Vossas Excelências e nós, naquela ocasião, dizíamos que Vossa Excelência tinha razão e o Secretário Heinz dizia que não, que as empreiteiras gastavam o que queriam e que fizessem evidentemente o que quisessem mas que a tarifa não seria corrigida em cima disso.

As empreiteiras estão pedindo. Então, por isso manifesto o meu voto favorável ao seu requerimento.

Tenho certeza que este é o posicionamento da Bancada do PMDB. E, deixo aqui, já que vejo o Líder do Governo já iniciando um pedido de encaminhamento de votação, uma pergunta no ar, que hoje me transmitiu uma pessoa aliada nossa, em tempos anteriores de governo, dizendo o seguinte: que um dos integrantes desta Comissão, o Advogado lá de Brasília, desta comissão que foi agora designada para fazer análise, se o pedágio deve continuar, se o pedágio não deve continuar, se é válido aumento de tarifa ou não? Disseram-me, não sei se é verdade ou não, que o advogado lá de Brasília, o representante lá de Brasília, ele atuou na fase inicial dessa concessão como consultor do Governo, consultor da Secretaria, do DER, funcionou como consultor para opinar sobre a questão do pedágio.

Então, estão colocando, me permita aqui com todo respeito "a raposa para cuidar do galinheiro". Quer dizer, o consultor que lá atrás deu parecer para se implantar a concessão e o pedágio, agora é chamado para uma comissão externa, para uma comissão isenta, para dizer se o pedágio continua ou não. Isso me foi passado, não tenho nome do cidadão, não sei se é verdade ou não, mas é a informação que me passaram e que certamente o Líder Valdir Rossoni poderá depois checar com a Secretaria dos Transportes a procedência.

Meu voto é favorável ao requerimento fazendo essas preliminares para justificar o porquê que estamos favoráveis ao requerimento do Deputado.

O SR. VALDIR ROSSONI**(Para Encaminhar)**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria de encaminhar o requerimento e inicialmente pedir aos Deputados de base de apoio ao Governo que aprovemos o requerimento, mas responder ao Deputado Orlando Pessuti, de que se torna muito difícil o debate, e espero que eu seja ouvido, porque sempre quem fala por último aqui é o Deputado Orlando Pessuti, talvez pelo tamanho e pelo respeito que temos pelo Deputado Orlando Pessuti, o Deputado Orlando Pessuti vem me dizer aqui no Plenário desta Casa, que foi assoprado por alguém na sua orelha, e ele não sabe dizer se é verdade ou se é mentira, e se levanta aqui esta questão?

Quero dizer que aprovaremos o requerimento, Deputado Péricles. Disse a Vossa Excelência aqui, particularmente, que a nossa intenção era fornecer a Vossa Excelência as informações sem aprovação do requerimento, que sempre é o procedimento do Líder do Governo nesta questão, e disse pessoalmente. Mas se eu levasse a sério o pronunciamento do Deputado Orlando Pessuti, certamente teríamos que derrubar, porque se ficarmos aqui de assoprão no ouvido em assoprão no ouvido, e diz

que do diz que, nós nunca transformaremos as nossas questões à sério.

Se o Deputado Orlando Pessuti tem aqui alguma denúncia para fazer quanto a questão do pedágio, o faça, mas o faça mediante documento e em cima de responsabilidades.

DESPESAS

Estou fazendo aqui um desafio, porque preciso como Líder do Governo, de um documento que comprove irregularidades nas concessões das rodovias, para que eu possa argumentar ao Governador que é preciso uma atitude, faço isso aqui nesta Casa há mais de um ano, Senhor Presidente, e venho aqui ainda ter que ouvir depois de um ano que entreguei os documentos às concessões das rodovias, que estão cochichando na orelha de alguém.

Quero dizer aqui em tom de brincadeira: "eu, entre o cochicho, prefiro um beijinho no ouvido de uma moça bonita".

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação, Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 658, de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 659 e 660, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 664 e 665, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 666, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 667, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 668, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 670, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 675, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 676, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 678 a 680, de autoria do Sr. Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 683, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 685 e 686, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 602, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldim, constante do expediente de sessão anterior. Adiada a discussão.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor Presidente, gostaria de colocar à disposição do Deputado Neivo Beraldin essas informações, que já tenho em mãos, mas não vejo o Deputado no Plenário. Gostaria, então, que V.Exa. desconsiderasse ou retirasse dessa votação até que eu possa fazer contacto com o Deputado. Tenho as informações que ele necessita.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa adia a votação do requerimento para a sessão de amanhã, uma vez que o requerente não encontra-se presente.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Questão de Ordem)

Pelo pela Ordem, para registrar a presença, nas dependências da Assembléia Legislativa, do ilustre Prefeito, de Jardim Alegre, Osmir Miguel Braga.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa associa-se a saudação de V.Exa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 002, 017, 050 e 076/99.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 149, 152 e 160/99.

Levanta-se a sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
5ª ATA ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor

Deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Waldyr Pugliesi, Moysés Leônidas, Antônio Belinati, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho, Durval Amaral, Hermes Fonseca, Marcos Isfer, Algaci Tulio e mais o Deputado Orlando Pessuti. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 149/99, de autoria do Deputado Edno Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 153/99 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 159/99 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 094/99 de autoria do Deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Waldyr Pugliesi - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 122/99 de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca, na forma da emenda anexa - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 026/99 de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 025/99 de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 134/99 de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati, na forma da emenda anexa - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 133/99 de autoria do Deputado Miltinho Puppio. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 161/99 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Marcos Isfer - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 160/99 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Marcos Isfer, na forma da emenda anexa - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 152/99 de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moyses Leônidas, na forma da emenda anexa - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 164/99 de autoria do Deputado Algaci Tulio. Parecer

FAVORÁVEL do Deputado Moyses Leônidas - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 255/98 de autoria do Poder Executivo. O Deputado Orlando Pessuti solicita vista. O Senhor Presidente esclarece que a matéria encontra-se em regime de urgência. O Deputado Orlando Pessuti faz um apelo à Comissão de Constituição e Justiça no sentido de transferir a matéria para a próxima reunião devido sua complexidade, e solicita cópia da mesma para os Deputados presentes. O Senhor Presidente determina que esta Secretaria distribua cópias e defere o pedido de adiamento; 15) Projeto de Lei nº 138/99 de autoria do Deputado Nereu Moura que dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva da rede hospitalar pública estadual e particular. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk, na forma da emenda anexa - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lacrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO -Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

OFÍCIO Nº 01/99

Curitiba, 06 de janeiro de 1999.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente a presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de DEZEMBRO/98, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coordenador de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da Diretoria de Apoio Técnico desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
NESTE EDIFÍCIO

BALANÇO FINANCEIRO ÓRGÃO....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Dezembro	ANEXO 13 DA LEI 4320/64 Exercício: 1998	REF: GAR855A PAG: 01 Data: 31/12/98
---	--	---

TÍTULOS	R\$	R\$	R\$
I - ORÇAMENTÁRIA			
RECEITAS CORRENTES	0,00		

TÍTULOS	R\$	R\$	R\$
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00		
RECEITA PATRIMONIAL	0,00		
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00		
RECEITA INDUSTRIAL	0,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00		
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	84.210.000,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	84.210.000,00	
RECEITAS DE CAPITAL			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00		
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00		
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.450.000,00		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	1.450.000,00	85.660.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			
DÍVIDA FLUTUANTE			
RESTOS A PAGAR	3.718.018,06		
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00		
DEPÓSITOS	36.173.935,63		
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	39.891.953,69	
OUTRAS OPERAÇÕES			
REALIZÁVEL	0,00		
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR	-3.841.763,92	-3.841.763,92	36.050.189,77
SALDO DO ANO ANTERIOR			
CAIXA	0,00		
BANCOS E CORRESPONDENTES	17.246.821,07	17.246.821,07	
VINCULADO EM C/C BANCÁRIAS		0,00	17.246.821,07
TOTAL			138.957.010,84

BALANÇO FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Dezembro ANEXO 13 DA LEI 4320/64 Exercício: 1998	REF: GAR855A PAG: 02 Data: 31/12/98
--	---

TÍTULOS	R\$	R\$	R\$
ORÇAMENTÁRIA			
LEGISLATIVA		82.623.827,18	
JUDICIÁRIA		0,00	
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	
AGRICULTURA		0,00	
COMUNICAÇÕES		0,00	
DEFESA NAC. E SEGUR. PÚBLICA		0,00	
DESENVOLVIMENTO REGIONAL		0,00	

TÍTULOS	R\$	R\$	R\$
EDUCAÇÃO E CULTURA		0,00	
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS		0,00	
HABITAÇÃO E URBANISMO		0,00	
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS		0,00	
SAÚDE E SANEAMENTO		0,00	
TRABALHO		0,00	
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		0,00	
TRANSPORTE		0,00	82.623.827,18
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			
DÍVIDA FLUTUANTE			
PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR	226.651,65		
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR	-3.841.763,92		
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00		
CANCELAMENTO DE SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00		
DEPÓSITOS	36.675.473,66		
DEPÓSITOS DE TESOURARIA	0,00	33.060.361,39	
OUTRAS OPERAÇÕES			
REALIZÁVEL	11.350.000,00	11.350.000,00	44.410.361,39
SALDO PARA O ANO SEGUINTE			
CAIXA	0,00		
BANCOS E CORRESPONDENTES	11.922.822,27	11.922.822,27	
VINCULADO EM C/C BANCÁRIAS		0,00	11.922.822,27
TOTAL			138.957.010,84

(aa) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA

Coordenador de Contabilidade

OFÍCIO Nº 06/99 DAT

Curitiba, em 13 de abril de 1999.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente a presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete

Financeiro deste Poder referente ao mês de JANEIRO/99, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA

Coordenador de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da Diretoria de Apoio Técnico desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Janeiro	MÊS: Janeiro Exercício: 1999	REF: GAR260A PAG.: 01 DATA: 31/01/99
---	---------------------------------	--

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
RECEITAS CORRENTES	7.290.000,00	7.290.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	7.290.000,00	7.290.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	200.000,00	200.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	200.000,00	200.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	7.490.000,00	7.490.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	147.644,15	147.644,15
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	147.644,15	147.644,15
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	147.644,15	147.644,15
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	11.922.822,27	11.922.822,27
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	11.922.822,27	11.922.822,27
TOTAL	19.560.466,42	19.560.466,42

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Janeiro	REF: GAR260A
ÓRGÃO....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG: 02
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ	GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico	
Mês de Janeiro	(supl) ABIB MIGUEL - Diretor Geral	
Exercício: 1999		

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	5.798.013,91	5.798.013,91
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.028.733,15	5.028.733,15
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	769.280,76	769.280,76
DESPESAS DE CAPITAL	11.818,00	11.818,00
INVESTIMENTOS	11.818,00	11.818,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	5.809.831,91	5.809.831,91
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	1.385.596,49	1.385.596,49
PAGAMENTOS	1.385.596,49	1.385.596,49
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	101.000,00	101.000,00
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	101.000,00	101.000,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	1.486.596,49	1.486.596,49
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	12.264.038,02	12.264.038,02
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	12.264.038,02	12.264.038,02
TOTAL	19.560.466,42	19.560.466,42

(aa) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA

Coordenador de Contabilidade

Financeiro deste Poder referente ao mês de FEVEREIRO/99, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA

Coordenador de Contabilidade

OFÍCIO Nº 07/99 DAT

Curitiba, em 13 de abril de 1999.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente a presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete

ILUSTRÍSSIMO SENHOR

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da Diretoria de Apoio Técnico desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO
ÓRGÃO....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
MÊS: Fevereiro Exercício: 1999

REF: GAR260A
PAG: 01
DATA:28/02/99

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	6.700.000,00	13.990.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	6.700.000,00	13.990.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	300.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	100.000,00	300.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	6.800.000,00	14.290.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	289.625,64	437.269,79
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	289.625,64	437.269,79
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	289.625,64	437.269,79
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	12.264.038,02	11.922.822,27
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	12.264.038,02	11.922.822,27
TOTAL	19.353.663,66	26.650.092,06

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS:Fevereiro MÊS:Fevereiro	MÊS:Fevereiro Exercício: 1999	REF: GAR260A PAG: 02 DATA: 28/02/99
---	----------------------------------	---

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	5.321.577,61	11.119.591,52
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.432.211,51	9.460.944,66

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	889.366,10	1.658.646,86
DESPESAS DE CAPITAL	6.042,00	17.860,00
INVESTIMENTOS	6.042,00	17.860,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	5.327.619,61	11.137.451,52
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	173.649,20	1.559.245,69
PAGAMENTOS	173.649,20	1.559.245,69
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	68.964,00	169.964,00
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	68.964,00	169.964,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	242.613,20	1.729.209,69
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	13.783.430,85	13.783.430,85
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	13.783.430,85	13.783.430,85
TOTAL	19.353.663,66	26.650.092,06